



DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

REUNIÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 25 DE ABRIL

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
 Alfredo Pinto da Silva
 António Mendes de Carvalho
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

O Sr. Presidente: — Estão presentes 204 Srs. Deputados.

Temos quórum.

Eram 15 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Alvaro Barros Marques Figueiredo.

Amândio Anes de Azevedo.

Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.

Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.

Américo Abreu Dias.

António Augusto Ramos.

António Duarte e Duarte Chagas.

António Maria de O. Ourique Mendes.

António Roleira Marinho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

Armando Lopes Correia Costa.

Arménio Jerónimo Martins Matias.

Arménio dos Santos.

Carlos Manuel Pereira Pinho.

Cecília Pita Catarino.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Dinah Serrão Alhandra.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Eleutério Manuel Alves.

Fernando José da Costa.

Fernando José Sequeira Roriz.

Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.

Fernando Manuel Cardote Barbosa Mesquita.

Fernando dos Reis Condeço.

João Afonso Gonçalves.
 João Aurélio Dias Mendes.
 João Evangelista Rocha de Almeida.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Pinto.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Augusto de Oliveira Baptista.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Mário de Lemos Damião.
 José de Vargas Bulcão.
 Júlio de Lemos Castro Caldas.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel João Vaz Freixo.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Maria Helena do Rego C. Salema Roseta.
 Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.
 Mário Marques Ferreira Maduro.
 Natália de Oliveira Correia.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Pedro Miguel Santana Lopes.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.

Rui Alberto Barradas do Amaral.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Alberto Arona Braga de Carvalho.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alfrédo José Somera Simões Barroso.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António de Almeida Santos.
 António Duarte Arnaut.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Emílio Teixeira Lopes.
 António Fernando Marques R. Reis.
 António Francisco B. Sousa Gomes.
 António Gonçalves Janeiro.
 António José Sanches Esteves.
 António José Vieira de Freitas.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Manuel Maldonado Gonçalha.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fausto Sacramento Marques.
 Fernando Torres Marinho.
 Fernando Verdasca Vieira.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 José Gomes Fernandes.
 José Luís Amaral Nunes.
 José Luís Ferreira Araújo.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Júlio Filipe de Almeida Carrapato.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Manuel César Nunes de Almeida.
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.
 Luís Silvério Gonçalves Saisas.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Manuel dos Santos.
 Manuel Trindade Reis.
 Maria Teresa V. Bastos R. Ambrósio.
 Mário Alberto Lopes Soares.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Virgílio Fernando Marques Rodrigues.
 Vítor Manuel Brás.
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Adriano José Alves Moreira.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Mendes de Carvalho.
 Armando Domingues L. Ribeiro de Oliveira.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Delfim L. Castelo Branco Ferreira.
 Diogo Pinto Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.
 Henrique José C. M. Pereira de Morais.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 Isilda da Silva Barata.
 João Cantinho M. Figueiras de Andrade.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Ferreira Pulido de Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Alberto de Faria Xerez.
 José Duarte de Almeida Ribeiro Castro.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 José Girão Pereira.
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.
 Luiza Maria Freire C. Vaz Raposo.
 Luís Carlos Calheiros V. Sampaio.
 Manuel A. de Almeida de A. Vasconcelos.
 Mário Gaioso Henriques.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rogério Ferreira Monção Leão.
 Ruy Garcia de Oliveira.
 Rui Biscaia Telo Gonçalves.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Barreirinhos Cunhal.
 António Anselmo Aníbal.
 António Dias Lourenço da Silva.
 António José M. Vidigal Amaro.
 Armando Teixeira da Silva.
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette Ferreira de Oliveira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Fernando V. Cabral Pinto.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel da C. Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Manuel Correia Lopes.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.

Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Odete dos Santos.
 Mariana Grou Lanita da Silva.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Cardoso Moniz.
 António José Borges G. de Carvalho.
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Henrique Barrilero Ruas.
 José Victor M. Portugal da Silveira.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

António Luciano Pacheco Sousa Franco.
 Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Manuel de C. Ferreira Vitorino.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 António César Gouveia de Oliveira.
 Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Helena Cidade Moura.
 Heriberto de Castro Goulart da Silva.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

Neste momento, deu entrada na Sala das Sessões o cortejo em que se integrava o Sr. Presidente da República, o Sr. Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os Secretários da Mesa, a comitiva do Presidente da República, o director-geral dos Serviços Parlamentares (em substituição, na sua ausência, do secretário-geral da Assembleia da República), o chefe e os secretários do protocolo.

No hemicílio encontravam-se já os membros do Conselho da Revolução, os Ministros, os Ministros da República nos Açores e na Madeira, o Presidente da Assembleia Regional da Madeira, o Presidente do Governo Regional da Madeira, o Provedor de Justiça, o Presidente do Supremo Tribunal Militar, alguns presidentes dos tribunais das relações e alguns dos membros da Comissão Constitucional.

Encontravam-se ainda presentes nas tribunas e galerias os Secretários e Subsecretários de Estado, o corpo diplomático, o Cardeal-Patriarca, altas autoridades civis e militares e numerosos outros convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Sr. Presidente da República ocupou o lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada na Sala dos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

O Sr. Presidente: — Em nome de S. Ex.º o Sr. Presidente da República, declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante da UDP, Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores: Sete anos depois do 25 de Abril, face à «nova realidade» existente, cabe-nos perguntar o que de facto se pretende comemorar hoje nesta sessão solene da Assembleia da República?

Comemorar-se-á o 25 de Abril que o povo português impôs, aproveitando a ruptura do regime fascista obtida com a ação dos capitães de Abril, caçando os PIDES, saneando os fascistas, ocupando as terras e as casas devolutas e abandonadas, tomando conta das fábricas, forçando as nacionalizações e o controle operário, numa palavra, determinando, pela sua luta democrática e revolucionária, as alterações estruturais e o sentido futuro do desenvolvimento da sociedade portuguesa consignados na Constituição da República?

Ou estar-se-á a comemorar o 25 de Abril que interessa aos grandes monopólios, aos latifundiários, ao imperialismo, à NATO, à CEE, à hierarquia militar — que nada teve a ver com o 25 de Abril —, que interessa aos próprios fascistas que hoje e aqui dentro são chamados lícitos defensores da democracia? Ou seja, não se pretenderá antes comemorar o anti-25 de Abril, a «nova realidade» que os ministros AD se desdobram e se despregam a anunciar aos quatro ventos, inserindo-se nas comemorações com o tecto salarial dos 16 %, os aumentos brutais dos preços, os despedimentos colectivos — como na Standard —, a liquidação de milhares de postos de trabalho — como na MESSA e na Fábrica Simões —, permitindo e apoiando o desvio e desapidação de dezenas de milhares de contos de empresas consideradas em situação económica difícil — como na Handy —, a repressão sobre os trabalhadores e seus dirigentes — como na Empresa Nacional do Urânia e tantas outras empresas —, cortando na educação e na saúde e aumentando nas forças armadas e nas polícias para que estas não tenham falta de munições para o tiro ao alvo que praticam com frequência, matando qualquer cidadão por díá aquela palha, como ensina a RTP do Sr. Proença, acompanhada à distância pela RDP de Barreiros Cardoso/Pereira da Costa, em renhida competição com a Renascença do Sr. Cardeal-Patriarca, para ver qual delas contribui mais decididamente para a falsificação da realidade portuguesa, para a promoção do mediocre, do negro?

A «nova realidade» que nos foi imposta é, cada vez mais, a base de apoio para a liquidação das liberdades, para a fascização da nossa vida quotidiana.

Mas os trabalhadores não vão esquecer a sua grande experiência colectiva quando, em 25 de Abril, saudaram os capitães mas não ficaram à espera deles. Eles sabem que a liberdade não existe sozinha, como não se perde sozinha.

Foi por terem rompido a estrutura dos latifundiários que os assalariados alentejanos conquistaram a liberdade.

Foi por terem tomado conta das empresas, imposto as nacionalizações e o controle operário, que os ope-

rários conquistaram e reforçaram a liberdade para si próprios e para milhões de portugueses.

Foi pela luta dos soldados nos quartéis que se pôde falar das forças armadas ao serviço do povo.

Mas foi também por não terem conseguido romper as cadeias de exploração e repressão que os prendem, que os assalariados agrícolas e pequenos e médios camponeses do Norte e Centro pouco ou nada usufruíram das liberdades do 25 de Abril.

A liberdade só existe se atacarmos e liquidarmos as estruturas de exploração e repressão. Por isso é utópico, e não iludirá os trabalhadores, pretender-se salvaguardar a santa liberdade ao mesmo tempo que se vai permitindo o ataque desenfreado à sua base, à sua estrutura, ou seja, o ataque às conquistas económicas dos trabalhadores, ao seu controle sobre as máquinas e as terras, aos seus órgãos de vontade organizada; ao mesmo tempo, afinal, que dia a dia, hora a hora, se deixa cada vez mais liberdade para que, por vezes, verdadeiros bandidos suguem o suor dos que trabalham e tomem as rédeas da sociedade.

E é isso que tem vindo a acontecer desde o 25 de Novembro de 1975, em que o actual Presidente da República, general Eanes, sobrepôs a força bruta das armas ao 25 de Abril que o povo fazia.

E não há «boas» intenções de «eles Barreiros» cumpridas razoavelmente, de contratos a prazo só em condições especiais, de sector público e privado em «charmoniosa» concorrência, que consigam impedir a total liquidação do 25 de Abril que o povo quis e impôs. Não se pode harmonizar o aumento da produtividade com a diminuição do desemprego, os lucros e as terras para os capitalistas com o bem-estar dos trabalhadores, a liberdade para os fascistas fazerem o que querem com a liberdade para o povo.

Hoje, a direita e a AD, celebram a sua própria liberdade, à europeia, à custa do bem-estar e da liberdade do povo, pondo os olhos enternecidos nessa Europa exemplar a que se sentem obrigados por fidelidade e vêm, venceram e não condenam o facto brutal de a não menos brutal Sr. Teatcher deixar morrer de fome, encerrado numa prisão, um patriota irlandês, Boby Sands, eleito pelo povo para o Parlamento.

É o tirar da máscara hipócrita da democracia representativa burguesa. É a confissão de que entre o Parlamento e o fascismo há um passo que se está ensaiando aturadamente quando se vão assassinando trabalhadores, democratas e revolucionários — como Luís Caracol e José Jorge Moraes, Caravela e Casquinha —, se prendem e perseguem os catorze anti-fascistas de Beja que de novo vão ser julgados depois de terem sido amnistiados, se prendem, depois de julgados em autêntico tribunal plenário, os antifascistas como Isabel do Carmo, Carlos Antunes e Fernanda Fraguas, se condenam os soldados do Ralis e se insensam os golpistas do 11 de Março e quando nas forças armadas se controlam e saneiam os democratas e campeiam os reaccionários, os fascistas e aqueles que se opuseram ao próprio 25 de Abril.

É por isso que o coronel Varela Gomes, os maiores Mascarenhas Pessoa, Costa Martins e Pereira Pinto, os capitães Duran Clemente, Martins Jorge, Carvalheira e Fernandes, o tenente Matos Serra e o primeiro-sargento-ajudante Miranda foram praticamente expulsos, sem sequer terem um mínimo de subsistência, enquanto aqueles que se levantaram con-

tra o 25 de Abril foram reintegrados, há muito, com chorudos retroactivos. Não é verdade Sr. Presidente da República?

A direita domina a hierarquia das forças armadas e tem a consciência que ou reprime os democratas e progressistas, os saneia e isola, ou não poderá contar com umas forças armadas totalmente dóceis aos seus intentos e à sua missão de capacho da NATO.

A NATO, como integradora internacional das políticas reaccionárias dos países europeus ao serviço do imperialismo belicista americano, tem um importante papel aos níveis político e ideológico, intervindo em nome da solidariedade dos expropriadores, dos colonialistas e racistas, na política interna do nosso país e na preservação do carácter reaccionário da hierarquia militar, impondo e moldando os critérios de promoção, colocação, saneamento. Por outro lado, como pagapela sua ajuda passa a dispor de um território e de umas forças armadas ao seu serviço e que utilizará como e quando entender e precisar, com o aplauso enternecido do Sr. Presidente da República, da AD e sociais-democratas e com o protesto formal dos restantes, à custa da liberdade, do bem-estar e da paz do povo português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tudo isto vai caldeando e temperando a memória colectiva do povo e dando-lhe armas para não se submeter, mas antes para lutar.

E, se hoje o 25 de Abril está vivo, é porque a luta do povo se reacendeu.

O povo sabe que o governo Balsemão não cai sozinho, nem sequer por acção de Eanes. O povo sabe que não é fácil hoje derrotar a direita e a AD incrustadas no poder, como as lapas na rocha.

Mas a sua experiência também lhe diz que, através da luta decidida de massas, arranca vitórias que debilitam a posição da direita e lhe introduzem mais contradições. E é isso que vai fazendo, cada vez com mais coragem e decisão de vencer.

Daqui saudamos as lutas vitoriosas, porque firmes, porque dirigidas por uma política revolucionária dos marinheiros, da Cimianto e a brava luta do STCP; daqui saudamos a luta no sector da construção naval, a luta da Rodoviária e CP, a luta dos trabalhadores da função pública, a luta valente dos agricultores de Chaves, a luta das populações das linhas do Corgo e do Tâmega, a luta dos trabalhadores da Fábrica Simões, da Standard, da MESSA e tantas outras, a luta dos pescadores e dos mineiros, a luta de todo um povo em defesa dos seus interesses e dos seus direitos, em defesa da sua Constituição, do seu 25 de Abril.

Amigos trabalhadores: que as lutas se unifiquem, se alarguem, que a torrente única dos humilhados e ofendidos, dos explorados e oprimidos se reforce. É preciso ampliar e unificar as lutas, que não devem acabar em Maio como a chuva sazonal. As lutas dos pobres levantam-se e desenvolvem-se sempre que os seus direitos forem espezinhados. E que faz o governo AD e que fizeram os governos desde o 25 de Novembro se não espezinhar os interesses do povo? Vamos lutar para além de Maio, vamos lutar até ao Abril de sempre!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje à tarde milhares de pessoas vão desfilar na Avenida da Liberdade festejando o 25 de Abril. Esses milhares e milhares de trabalhadores, homens e mulheres vão ali-

mentados por um justo sentimento de alegria, mas também por uma cólera mal contida pelo que tem sido feito contra o 25 de Abril e por uma vontade de luta que tem sido expressa por esse país fora, das mais variadas formas.

Mas que alternativa têm para lhe oferecer os democratas e os antifascistas que promovem a manifestação? Que alternativa ao governo antipopular e antinacional de Balsemão?

A maioria de esquerda, que falhou rotundamente e nada deu ao povo português para além de permitir o avanço da direita e os ataques ao 25 de Abril e à Constituição?

Os governos PS que escancararam as portas ao imperialismo; à NATO, ao FMI, à CEE, aos reacionários, aos capitalistas e latifundiários, lançaram a lei da destruição da Reforma Agrária, a lei dos contratos a prazo, reforçaram o aparelho repressivo?

Os governos de Eanes, reacionários como o de Mota Pinto, ou sem convicção na defesa do 25 de Abril como o de Pintasilgo?

Ou então uma maioria «democrática» fundamentada no facto de se passar a chamar democrata a quem o não é, a quem defende um projecto reacionário, ou até o projecto da AD? Uma maioria, «democrática» que para existir tem de sacrificar as reivindicações fundamentais dos operários e camponeses?

Que podem oferecer ao povo português aqueles que já se adaptaram à situação criada, à «nova realidade», ao 25 de Novembro?

Que admitem a revisão da Constituição de Abril, no utópico propósito de, com o consenso da AD, a melhorarem a favor de quem trabalha! Como se isso fosse possível, como se a AD consentisse melhorar a Constituição a favor dos trabalhadores quando se tem recusado sistematicamente a cumprir-la, exactamente por ela defender os direitos do povo e dos trabalhadores conquistados pela sua luta.

Apenas podem oferecer o desenvolvimento mais ou menos temperado da política que tem vindo a ser praticada desde o VI Governo Provisório.

Aos trabalhadores já não basta uma mudança de governo. Não é por falta de os governos mudarem que as coisas não andam. É que falharam todas as soluções experimentadas no quadro político do 25 de Novembro. Falharam todas as soluções dos grandes partidos parlamentares. Falhou a maioria de esquerda, falharam os governos PS, falharam os governos presidenciais, falharam os governos AD e falharam porque não resolveram os problemas do povo, antes os agravaram. É por isso que é preciso mudar de política.

É por isso que a manifestação de hoje é praticamente inútil, pois não dá saída para o caminho apontado pelas exigências e pela luta dos trabalhadores. Ela vai conduzir o movimento popular para debaixo de Eanes, que já mostrou que tem a mesma política da AD e que não está decidido a defender os interesses dos trabalhadores.

Aos trabalhadores, ao povo português, a UDP diz que precisamos de nos unir em torno de uma nova política, de uma política que defenda os interesses de quem trabalha e aponte um governo como nunca tivemos, um governo saído da unidade de todo o

povo, forjado na luta corajosa e firme contra a AD, contra a direita, contra a exploração capitalista.

Por isso os democratas, os trabalhadores que forem à manifestação, não podem deixar-se adormecer em ilusões.

Para defender o 25 de Abril é preciso opormo-nos séria e decididamente à revisão da Constituição; impedir a restrição das liberdades; impedir a elitização do ensino; exigir o cumprimento incondicional da lei da amnistia a militares e civis; defender a Reforma Agrária; impor o Serviço Nacional de Saúde; defender as nacionalizações, defendendo os direitos e reivindicações económicas daqueles que nelas trabalham, pondo-as ao serviço do povo e não dos capitalistas individuais ou representados colectivamente pelo Estado; fazer das organizações dos trabalhadores e dos seus dirigentes exemplos de luta na defesa dos interesses de quem trabalha, demitindo e atirando borda fora os incapazes, os corrompidos, os conciliadores.

Para defender o 25 de Abril é preciso, numa palavra, fazer os ricos pagarem a crise de que se aproveitam e garantir acima de tudo o pão, o trabalho, a liberdade.

É preciso dizer não à CEE e à NATO, com firmeza, porque não pode haver meias-tintas com a política dos blocos, com as organizações supranacionais de exploração e de guerra.

Lutemos pela liberdade e contra o fascismo baseados na ideia central de que o fascismo não é um mostrengo nascido adulto. Ele é uma ditadura terrorista do capital quando precisa e pode reforçar a sua máquina repressiva para impedir, por qualquer forma, a resistência dos trabalhadores à exploração, para impedir a sua luta pelo pão e pela liberdade. É por isso que os fascistas de ontem se abraçam à democracia quando não têm outro remédio e os capitalistas de hoje se tornarão alegremente fascistas se disso necessitarem!

Lutemos contra a exploração e a repressão capitalistas para podermos dizer: fascismo nunca mais!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falharam os partidos políticos, falharam as coligações, que até hoje têm conduzido a vida do povo, falhou o Presidente da República. É preciso um novo regime, nascido da luta popular que abra o caminho para o socialismo.

É aí que está a UDP, nesse caminho que o povo apontou e exigiu com o 25 de Abril!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do MDP/CDE, Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, minhas Senhoras e meus Senhores: O povo português saúda hoje a vitória do 25 de Abril, marco da sua continuada e determinada luta pela valorização do indivíduo, pelo enriquecimento e independência de Portugal, pela paz e pela solidariedade mundial.

Neste 7.º ano da Revolução em que se cumpre uma primeira etapa, marcada pela revisão constitu-

cional, em que se faz um balanço do passado, se criam os cenários do futuro e se projectam as experiências adquiridas, o MDP/CDE entendeu dever realçar a acção dos capitães de Abril, aqui representados através do Conselho da Revolução.

Sem esquecer aqueles que, na roda da história, seguiram caminhos mais difíceis de institucionalizar, nós queremos saudar cada um dos membros actuais do Conselho da Revolução, como símbolos de atitudes diferenciadas, de escolhas várias, de personalidades diferentes, eventualmente de ideologias diversificadas, mas todos reunidos numa exemplar base de entendimento comum.

Saudamos, assim, os homens herdeiros da MFA, capazes de entregar ao povo o poder obtido pelas armas; saudamos os chefes militares garantes da legalidade e da estabilidade social; saudamos no seu conjunto aqueles que, sabendo cumprir promessas, têm honrado o seu compromisso para com a Constituição da República e para com o povo português.

Ao Conselho da Revolução, como órgão de soberania, louvamos e reconhecemos a sua persistente acção em favor da democracia.

Meus Senhores e minhas Senhoras: A nossa revolução faz sete anos.

Por muito fluidas e convencionais que sejam as etapas do desenvolvimento humano, poderemos dizer que novos seres tecem a partir de hoje a nossa teia social:

São aquelas crianças que nunca contactaram com o fascismo e que ao chegar ao mundo foram acolhidos pelos olhos de Abril, que nascem nesse país repentinamente transformado, onde os braços erguidos rasgaram os horizontes e a guerra se calou sufocada pelos gritos da alegria, porque um povo livre não sabe reprimir.

São essas as crianças que hoje entram numa fase da vida que gera uma nova participação e uma nova projecção social.

Desde as primeiras horas do dia 25 de Abril de 1974, a criança foi simbolicamente erguida pelos soldados, enlaçada em cravos e baionetas, ela foi sinal não só do Portugal fraterno, mas do amor que nascia do fascismo destruído.

Fiéis às promessas feitas e ao Portugal prometido saudamos as crianças portuguesas, irmãos-as com as crianças de todo o Mundo. O MDP/CDE faz esta saudação na certeza de que os seus militantes com passo firme seguem no caminho da paz e da justiça que para elas foi aberto pelo esforço coordenado de tantos homens.

Esse esforço, como tantos outros, noutros campos, foi escarnecidido, desprezado e mesmo destruído por governos sem capacidade de acção, sem a inteligência das situações, entrincheirados atrás de más teorias convencionais que aproveitam à sua incompetência, ao seu egoísmo e ao seu medo.

Governos de que o presente é o mais expressivo exemplo. Cada vez mais dissociado da movimentação social, porque está cada vez mais empenhado em resolver as contradições internas do que em servir o País. Cada vez mais virado para si próprio, governa já só pelo exercício especulativo do poder e faz da

sua própria angústia e dos seus próprios problemas o problema nacional.

A verdade é que, dissociado do 25 de Abril, não se sente à vontade perante o povo português. Prefere as manifestações partidárias às comemorações nacionais, porque teme que a menor janela aberta varra e desaline a ordem retórica em que se esconde.

Mas o 25 de Abril porque se encontra na linha do processo de transformação é hoje, e em cada dia mais, uma janela aberta para o mundo inteiro.

Em cada homem se aprofunda a busca da liberdade, não de uma liberdade formal, mas de uma liberdade existencial marca da nossa época histórica. Nessa busca, o povo português deu à humanidade uma contribuição que nunca mais se poderá apagar.

Do processo de descolonização, que partilhámos, nasceram repúblicas livres e soberanas que rejeitaram o neocolonialismo e que, por serem ponte para a velha Europa, são hoje elo importante na libertação do Terceiro Mundo.

Mais uma vez, como acontecera na época dos Descobrimentos, Portugal arranca «novos mundos ao mundo» e dá à luta pelo progresso da humanidade uma desmedida contribuição.

Isto foi possível porque, durante o fascismo, nos irmámos com os povos de África e fomos capazes de, comunicando as razões da nossa luta e aculturando a luta dos povos irmãos, atingir as raízes da liberdade.

Percorremos um caminho de compreensão e de expressão onde a longa vivência da luta antifascista, sendo nacional, ganhou coordenadas universais.

Em consequência desta riquíssima e complexa experiência humana, fomos capazes de criar, para ainda maior escândalo das forças conservadoras, uma democracia representativa-parlamentar que se não esgota nessa representatividade. Mantendo, pelo contrário, um forte potencial participativo, somos capazes de assegurar o nosso empenhamento, sempre crescente, na libertação existencial do homem.

Nos campos da Reforma Agrária, na organização de cooperativas, na recuperação de baldios, na luta pelo trabalho, pela escola livre e democrática, pela saúde generalizada, pela protecção na doença, pela habitação; na dinâmica criativa de todo o movimento social e das organizações populares, na acção escalarizada, participada e integrada do poder local, o povo português assegura a sua contribuição na busca da liberdade existencial. Liberdade que não consiste apenas na aquisição da representatividade política, que corre o risco de alienação, mas se exerce e se exercita, na intervenção directa do homem no processo transformador do dia-a-dia.

Nesta luta, nesta busca, neste anseio da liberdade histórica do nosso tempo, o povo português irmana-se com aqueles que hoje melhor e mais cruelmente personalizam a libertação: quer na guerrilha corpo a corpo contra a máquina do imperialismo, no Terceiro Mundo, quer no contexto da Europa, eles abrem fendas insanáveis nas muralhas que defendem o velho mundo conservador e retrógrado.

É exemplo o jovem irlandês de 27 anos que se dispõe a morrer não pela sua liberdade, nem sequer pela liberdade dos seus irmãos, mas pela causa mais nobre de obter um título de preso político, para si e para

os seus companheiros, título que dignifique a luta do seu povo.

Esse mesmo homem acaba de ser eleito deputado pelos seus eleitores, para que assim seja significante não de um grupo de rebeldes, mas de uma força social actuante, capaz de intervir na área do poder político.

Longe do Terceiro Mundo, a liberdade existencial move também o homem, porque o objectivo das liberdades formais não basta hoje àqueles que procuram a justiça e a paz.

Portugal, pelo tipo de luta em que participou e pela condição universalista do seu povo, reencontrou o sentido de comunhão e de expressão de iguais valores culturais que o redimensionou e lhe deu, de novo, a participação histórica que o fascismo lhe negara.

Estamos em condições agora de encontrar uma inserção na Europa que tenha como base a força nacional e a projecção universal, que parte do próprio esforço criativo, pela eliminação do analfabetismo, pelo aproveitamento das potencialidades, capazes de criarem trabalho e riqueza, pelo conceito humano dos padrões da vida, pelo empenhamento correcto e verdadeiro nas etapas que se colocam ao nosso desenvolvimento, pela capacidade de um pensamento realista e honesto que permita a nossa expressão concertada no contexto das nações.

O actual governo, tal como sucedeu ao anterior, incapaz de assumir esta grandeza de que é simples figurante, opta obcecadamente por uma europeização marginalizada, que já aterrara Eça de Queirós e os seus companheiros.

Dos recentes sonhos através dos emirados árabes, chega-nos pelo telefone noticioso propósitos de medidas correctas e realistas. A distância a lógica impõe e aparece claramente, por exemplo, que não basta levar na comitiva um honesto e competente Secretário de Estado da Cultura para que nasça um intercâmbio cultural, será urgente criar também, dentro do País, uma estrutura capaz e um clima democrático que o viabilize.

Tudo são sonhos desfeitos à chegada.

Este governo, pelo contexto de contradições em que se afunda, não é só um governo afastado do 25 de Abril, é um governo antiprogressista, contra-revolucionário e a bem curto prazo totalmente antidemocrático.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Não apoiado!

A Oradora: — O ano passado foi nosso dever denunciar nesta mesma Assembleia e nesta data comemorativa que a AD escolhera um candidato às eleições presidenciais que se afastava do 25 de Abril, mas que nunca ousaria apresentá-lo como tal, porque o 25 de Abril é já a própria carne do nosso povo.

Assim foi na verdade.

O povo português repudiou vivamente o candidato que o Governo lhe oferecia e foi capaz, ultrapassando divergências ideológicas, de garantir a democracia e manter Portugal nos rumos de Abril.

Hoje com grande alegria podemos afirmar que a vitória da democracia nas eleições presidenciais foi indício de uma unidade democrática que abre novos caminhos à revolução portuguesa.

O Sr. Herberto Goulart (MDP/CDE): — Muito bem!

A Oradora: — Pela força fundamental da nossa busca, e da nossa libertação, a unidade antifascista ganha agora novo rosto igualmente firme e decidido, empenhando na tarefa construtiva de dar mais força, mais voz e maior conteúdo aos valores democráticos de construir a democracia.

É assim larga a esperança que nos abre este novo Abril, porque é larga a esperança na liberdade. Em sete anos de revolução, o nosso povo ainda não deixou de encontrar soluções que lhe permitam, em cada dia, avançar e aprofundar a luta pela libertação. Nessa luta nos irmos com os povos que em todo o mundo marcam a vanguarda da história.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP, da UEDS e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante da UEDS, Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Comemoramos hoje mais um aniversário do 25 de Abril de 1974.

As crianças que tinham então 10 anos, são hoje jovens que atingem a idade adulta e não têm, senão por ouvir dizer, uma ideia do que foi durante décadas a vida quotidiana em Portugal.

Para nós, para os que vivemos a nossa juventude sob o fascismo, para nós que tivemos vergonha, raiva, medo, dia após dia, hora após hora, viver este dia em cada ano é sentir-nos em liberdade, é ter-se acabado a guerra colonial, é serem hoje livres os povos irmãos antes submetidos ao jugo colonial fascista, é, de certo modo, podermos tranquilamente, sem fantasmas e sem polícias à nossa espera em cada esquina, continuar a nossa luta.

Para nós, que combatemos tantas vezes com desespero pela dignidade de homens livres que nos era recusada, viver este dia é a certeza de que valeu a pena, a certeza de que vale a pena continuar, para fazermos do 25 de Abril um dia igual aos outros, fazendo de todos os dias, dias iguais ao 25 de Abril.

Vozes da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas para essas crianças de 1974 o que lhes demos nós? O que encontram à entrada do seu tempo de adultos?

Elas não sabem o muito que lhes trouxe o 25 de Abril, se não formos capazes de lhes fazer passar a mensagem, se não formos capazes de lhes dizer como podem hoje construir o seu próprio futuro, como podem hoje transformar uma vida, tantas vezes inútil e sem sentido, na aventura plena da conquista diária de si mesmos e da transformação dos valores vazios de ontem, em valores novos que não sejam apenas evasões fictícias de um cativeiro para outros cativeiros.

Há sete anos o punhado de homens que fizera o 25 de Abril estava colocado já perante o facto inelutável de que o 25 de Abril não era apenas seu. O povo, nas ruas, tomara-o desde logo nas suas próprias mãos.

Nessa participação colectiva se legitimava o 25 de Abril, se afirmava o seu sentido autêntico.

Porque a mensagem do 25 de Abril não é a de um país dividido entre uma classe política, com os seus ritos, a sua liturgia, a liberdade das suas escolhas, a teia de cumplicidades que vai tecendo e a massa imensa dos que, periodicamente, são chamados a dizer, cada vez menos aquilo que querem, cada vez mais — e não é exactamente a mesma coisa — aquilo que não querem.

Quando a isso se limitar o 25 de Abril, não haverá razão para que nos admiremos se acaso os jovens de hoje o não assumirem e não viverem.

Eles não julgam o presente em função do passado; não julgam o que somos por aquilo que fomos.

Para eles o 25 de Abril nada será, sendo apenas a negação do que existiu outrora.

O 25 de Abril, só o viverão se for construção do futuro. Só participando nessa construção estaremos com eles.

O 25 de Abril foi a libertação, mas foi também um desafio.

Quando olhamos o caminho percorrido, a distância entre a realidade que se vive e a esperança que se viveu, o menos que se pode exigir de nós é a coragem de assumirmos a nossa própria crítica e de não nos escondermos por detrás desta ou daquela pretensa «perversão totalitária», que teria desviado o curso dos acontecimentos. A coragem de reconhecermos que nos faltou, que faltou aos dirigentes da esquerda portuguesa, após o 25 de Abril, a inteligência de não se considerarem dirigentes e detentores de verdades absolutas; a imaginação para abandonarem os esquemas feitos, as certezas do pronto-a-vestir da política, a audácia de aceitarem e acompanharem as transformações que, um pouco por toda a parte iam sendo tentadas; a humildade de discutirem, sem as pretendermos impor, as suas verdades parcelares.

Sem dúvida, a democracia representativa é já uma conquista. Não chega, porém, e nela não se esgota a vida democrática de um povo. A vida democrática só existe, de facto, quando cada homem se ultrapassa e vive com os outros uma aventura comum. Não nos felicitemos por isso, beatamente, considerando o nosso dever cumprido porque o País tem instituições e os cidadãos votam. É preciso também, é preciso, sobretudo, que os cidadãos vivam. Que tenham a liberdade de construir a sua vida e de participar em cada momento nas escolhas que condicionam a realidade do seu modo de viver, de participar, em cada momento, na construção dessa realidade.

Foi esse o desafio de Abril. Desafio para o qual se não encontrará resposta na renúncia aos valores fundamentais que a Constituição de 1976 consagrou, nem tão-pouco nas alianças com aqueles que sempre a recusaram ou que apenas tacticamente a aceitaram. E é tão-só na medida em que saibamos empenhar-nos na resposta a esse desafio, que saberemos trazer o 25 de Abril aos jovens de hoje.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O 25 de Abril foi também uma mensagem de generosidade e de justiça, um acto de revolta contra um regime infíquo, feito de privilégios, de opressão e arbitrio. Não nos pode, por isso, ser indiferente o contraste entre

a generosidade com que a Revolução tratou os seus próprios adversários, os seus inimigos jurados, generosidade que a engrandece, e a intolerância com que, ao longo dos anos foi banindo muitos daqueles que com ela estiveram, por ela lutaram e nela acreditaram, intolerância que a avulta e trai.

Se os cravos, substituindo as baionetas, ficaram como símbolos da generosidade da Revolução, não podemos aceitar que por detrás dos cravos se acobre a intolerância que discrimina e pune, tantas vezes de forma arbitrária e injusta, os que por ela combateram, ainda quando, porventura, se hajam afastado do que foi, e é, o nosso entendimento de Abril. Aceitá-lo seria negar o seu sentido mais autêntico.

E é por isso que, sem cuidarmos de saber o que deles nos separou ou separa, sem cuidarmos de saber a quem agradamos ou desagradamos, a nossa voz se ergue uma vez mais, hoje e aqui, para exigir que se ponha termo às discriminações de que são vítimas tantos militares de Abril; para exigir que se respeite o que foi a vontade da Assembleia da República, que se respeite a amnistia por ela decretada. Ignorar essa vontade não é, apenas, ofender frontalmente um órgão de soberania, expressão democrática da vontade popular, é trair o significado mais profundo do 25 de Abril.

O que se reclama não é um acto de clemência; o que se exige é um acto de justiça. E se a Revolução de Abril foi clemente, ela tem de ser, acima de tudo, justa.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O ano de 1981 marcará uma etapa mais no processo de consolidação do regime democrático.

A transferência dos poderes do Conselho da Revolução para órgãos de soberania, directamente legitimados pelo sufrágio popular, terá completado a subordinação institucional das forças armadas ao poder civil.

O Conselho da Revolução, alvo predilecto das forças reaccionárias e conservadoras, não por ser o conselho de uma revolução, mas por ser o conselho de uma revolução democrática, não por ser um conselho de militares, mas por ser um conselho onde guardaram assento alguns militares de Abril, terá cumprido o mandato que os constituintes de 1976 lhe confiaram.

Tê-lo-á cumprido, no essencial, de forma exemplar, deixando-nos instituições democráticas que, sendo uma conquista colectiva, são também obra sua.

Aos conselheiros da Revolução que foram homens do 25 de Abril devemos duplamente a nossa liberdade.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Pelo contributo que foi o seu no derroto do regime fascista, porque cumpriram a missão, que era a sua, de participarem na consolidação das instituições democráticas.

Essa dupla dívida é de todos nós. Só não a reconhecem os que se não reconhecem na liberdade e na democracia, os que, quando muito, à liberdade e à democracia se vão acomodando e delas se vão servindo para as combaterem e negarem.

Aos capitães de Abril — a todos os capitães de Abril — e aos conselheiros da Revolução, militares de Abril, muito mais do que a nossa homenagem queria aqui deixar a afirmação da nossa solidariedade fraterna, que estou certo é também a de todos os democratas portugueses.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: O 25 de Abril trouxe-nos a liberdade e, com ela, a certeza de que o povo português tem a disponibilidade, a inteligência e a coragem necessárias para transformar, por si próprio, a sociedade em que vivemos, para construir, por si próprio, uma sociedade diferente, mais justa e mais livre.

Assim saímos nós ter também a inteligência, a imaginação e a coragem de nos integrarmos no devir colectivo, sem estultas pretensões de o tutelarmos, em nome do saber, da cultura ou até do sufrágio.

O povo que nas ruas, há sete anos, transformou o golpe militar num movimento popular profundo é capaz, se lhe não balizarem o caminho de falsos preconceitos, se o não amarrarem a interesses que não são os seus, esse povo é capaz de construir por si o seu futuro.

Sejamos nós também capazes de estar à sua altura.

Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI, do MDP/CDE e alguns Srs. Deputados do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante da ASDI, Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Alguns milhares de cidadãos eleitores tinham pouco mais de 10 anos no 25 de Abril de 1974.

É natural que não o sintam sequer como memória. Mas direi que para ele — e para os mais novos que eles — se dirige essencialmente a celebração que hoje fazemos. Não pelo paternalismo, melhor ou pior disfarçado, de quem pretende moldar os mais novos à sua imagem; não, para empregar a sua fé e o seu entusiasmo; menos ainda, para esmagar a sua força e a sua esperança com o peso da experiência e do «saber acumulado» (entende-se entre aspas) dos mais velhos. Nenhuma destas formas seria modo de respeito.

Creio que só se respeita a juventude quando se lhe permite que seja ela própria. Esse é também o modo de conservar inteira a capacidade própria dos jovens de renovar o mundo. A nossa responsabilidade maior são os nossos filhos. Que são também o maior desafio que em termos de povo e de Nação nos é colocado. Porque a questão que conta é a do mundo que vamos deixar atrás de nós.

Demasiado tempo andámos a falar de heranças recebidas como porta falsa para escaparmos a responsabilidades próprias. Tanto e de tal modo, que é agora possível assistir-se à justificação dos erros — e até dos desvios democráticos —, dizendo-se que outros também os fizeram. Como se fora a imitação dos erros, em particular dos mais veementes denunciados, o ideal a prosseguir e a alcançar. Há quase vinte anos, era o então director-geral da UNESCO que se interrogava: «A rede implacável de penas ancestrais, muralhas sem luz e sem eco de ignorâ-

cias, de incompreensões e de preconceitos, poço de trevas de egoismos colectivos onde se soçobra sem se dar por isso, circunvalações paralelas repetidas até ao infinito do medo e do ódio, sinistras fortificações de falso realismo que servem de abrigo às crenças abusivas na fatalidade de tudo o que divide o homem, mesmo aquilo que é mais contingente e que faz do próximo um estrangeiro e do outro uma coisa: é esta a herança que estamos dispostos a deixar aos nossos filhos?»

Com a mesma crueza e a mesma frontalidade, também nós havemos de perguntar-nos: é esta a herança que estamos dispostos a deixar?

Esta é a questão que se nos coloca. Que se colava, também, há sete anos. Por isso para alguns o 25 de Abril é só uma memória.

Para outros, uma memória sim, mas que gostariam de apagar. Porque é a memória da coragem que não tiveram até a de se opor, como só agora fazem. Seria tão melhor para alguns esquecer que também vieram para a rua a saudar o 25 de Abril. Como agora negam. Com o mesmo oportunismo de então, prolongado na coerência do oportunismo de agora.

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Para outros, ainda, é apenas memória, mas de desencantos e cansaço. De desilusões. De sonhos despertados ou desfeitos pelas brutalidades dos erros; dos desvios, das omissões e adiamentos. Não é para esses que poderei falar. Falo para os que sem negarem erros nem desvios — porque a história faz a história e só os totalitários a julgam poder re escrever — sentem o 25 de Abril e, ao mesmo tempo, como memória, como quotidiano e como futuro.

Da memória do dia em que de um dia para o outro tudo foi novo e diferente.

Memória do dia em que acabaram gestos contracfeitos e palavras há muito proibidas.

Dia em que ficámos com os outros, solidários e universais.

Dia de festa.

Dia de regressos e do podermos perceber nesses regressos que não há monopólios de patriotismo ou de ter razão. Mas não só memória. Também quotidiano. Porque demasiado tempo perdemos a carpir sebastianismos e a olhar o passado como se a nossa tarefa fosse dominar quimeras e não construir futuro. A esperança não se funda em mitos. Tem raízes na infelicidade concreta do homem e do seu sonho de felicidade, quando ousarmos encará-los de frente.

Retomado em 25 de Novembro o projecto de liberdade 25 de Abril, foi possível por um funcionamento as instituições democráticas. Não será de mais recordá-lo. Estarmos aqui, todos, numa Assembleia livremente eleita, soberana e livre, poder cada um de nós fazer do 25 de Abril e da história recente de Portugal o seu próprio julgamento, deve-se ao mesmo 25 de Abril, reencontrado em 25 de Novembro.

E também nós poderíamos recordar, quase um século mais tarde, a resposta de Clemenceau aos que acusam os parlamentos de se perderem em «palavrões»: «Já que é preciso dizer-lhe, essas discussões que vos espantam são a nossa honra [...], têm os seus inconvenientes, mas mais inconvenientes tem o

silêncio. Sim, glória aos países onde se fala, vergonha para os países onde se está calado.»

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Nem é inútil a recordação. Porque se é certo que o mecanismo deliberativo conduz a aceitar as decisões maioritárias, da concepção teórica que a fundamenta, resulta que ela não concede nenhum prestígio próprio à maioria.

Não é o peso do número que faz a razão ou a autoridade.

Por isso, o direito da maioria não autoriza a arbitrariedade. «Não há maioria, como não há superioridade material ou intelectual, que possa arrogar-se o direito de passar por cima do direito essencial de uma pessoa que seja.»

Como escreveu Burdeau: «A democracia recusa-se a justificar o poder da maioria só pelo efeito de uma operação aritmética. Não é a maioria que dá valor a uma decisão, apenas demonstra esse valor. É porque encerra um debate que a maioria é respeitável: é a discussão que a valoriza.»

Entender a maioria como uma força que preexiste ao voto que a revelará, só é possível violentando o espaço de liberdade que é cada um considerando os deputados eleitos por homens livres simples «correias de transmissão».

Democracia é também possibilidade de alternância. Por isso a oposição não é apenas um valor em si, porque é a prova concreta da liberdade.

Mas a medida em que se pode exercer a sua liberdade é também medida da democraticidade alheia. Hoje, aqui, num dia em que para ser diferente até a televisão nos dá a todos iguais direitos, há um quotidiano 25 de Abril a fazer.

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Porque a democracia é exigente. Todos os dias e cada dia se constrói.

Como em Camões, é preciso servir sete anos. E ao fim deles, outros sete. O dia futuro é que nos conta. Só lamentaremos a brevidade da existência. Que longa a tornariamos se pudéssemos. É como se o prémio aumentasse de valor com o rodar dos anos. Não estamos só a celebrar a data que foi, mas também o que é e o que será.

Aplausos da ASDI, do PS, da UEDS, do PPM e do Sr. Deputado Sanches Osório (CDS).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do PPM, Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Eminência Reverendíssima, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Sete anos se completam hoje sobre o golpe militar que derrubou o governo ditatorial da II República e abriu caminho à institucionalização da democracia e à prática das liberdades públicas.

O golpe militar, por um lado, deu azo a que as forças democráticas se fortalecessem, se organizas-

sem e participassem no processo político. Por outro lado, desencadeou tentações totalitárias e de domínio castrense.

A história destes sete anos é, antes de mais, a história da libertação da sociedade pelas suas próprias mãos através dos cidadãos e das suas organizações políticas, autárquicas e cívicas. Não é a história dos líderes políticos ou das figuras mais ou menos em destaque no processo. É a história de todo um povo, das suas comunidades vivas e plurais, da sua vontade de ser livre.

É com uma profundamente sentida palavra de homenagem ao povo português que iniciamos a nossa intervenção neste sétimo aniversário do golpe libertador do 25 de Abril.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os Portugueses não se libertaram só da tirania do Estado Novo: libertaram-se também das forças que a ela, pouco mais tarde, quiseram voltar; e libertaram-se ainda da corrupção totalitária de origem política e militar que quase se assenhoreou do poder em 1975.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Através do processo democrático, de eleições livres, souberam os Portugueses, após um período de mais ou menos conturbada vida política, encontrar, a partir de 1979, uma maioria que lhes proporciona condições de estabilidade e coerência governativa. Souberam escolher o caminho dos valores democráticos e pluralistas apesar do permanente confronto com o crime contra a inteligência e a cultura que consiste no monopolismo ideológico, no servilismo de cartilha e no slogan demagógico massacrantemente repetido.

A marcha dos Portugueses para maiores níveis de liberdade, de realização democrática, de progresso e de justiça social está, porém, longe ainda dos seus objectivos e terá de ser continuada com firmeza e serenidade. É por isso que assume transcendente importância o facto de ser hoje e aqui que a Aliança Democrática apresenta a esta Câmara o seu projecto de revisão constitucional. Porque esse projecto, o projecto do consenso da maioria, largamente capaz de conciliar consensos mais vastos, é um projecto a cuja elaboração presidiram as preocupações da liberdade, da justiça e do progresso.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Projecto que liberta a sociedade civil da tutela militar, que reforça os poderes desta Câmara como único órgão de soberania que representa, de direito e de facto, todos os portugueses, que abre caminhos ao reforço da autonomia dos arquipélagos e ao alargamento das competências das autarquias locais, que inicia o caminho da libertação dos vindouros para alterarem o texto constitucional sempre que a opinião política do eleitorado para tal apontar, que acaba com a consagração constitucional das ideologias obrigatórias, que constitui, afinal, o documento base para que, do trabalho desta Câmara, venha a sair a Constituição da harmonia e da con-

vivência, uma Constituição da liberdade, uma Constituição que se aproxime daquela de que os Portugueses, a nosso ver, são merecedores.

Com a apresentação deste documento, hoje e aqui, dá a Aliança Democrática mais uma vez ao País a prova cabal de que cumpre as suas promessas e de que é possível a forças políticas diferentes encontrarem-se na plataforma comum do serviço de Portugal.

Para o PPM, porém, só o rei é independente, só o rei é sereno. Por isso que, no plano político, o PPM não possa deixar-se dessolidarizar da manutenção constitucional da chefia do Estado republicana. O PPM, reafirma neste dia a sua posição de Partido Monárquico, e chama mais uma vez a atenção dos Portugueses para o alto exemplo das monarquias europeias, com uma palavra muito especial de admiração e de respeito, que neste momento é justa e devida ao papel da monarquia espanhola na defesa da democracia e da integridade da nação vizinha.

Senhores, as últimas décadas do 2.º milénio colocam a Humanidade perante questões que põem à prova a própria capacidade de resistência da espécie e lançam terríveis desafios à sua inteligência e ao seu bom senso.

A escassez de alimentos, a questão energética, a crescente influência dos meios tecnológicos de massificação, colocam a Humanidade em geral e os Portugueses em particular perante perguntas cuja resposta não é fácil, mas tem de ser corajosa e inteligente. Sobrever como?

Como preservar a liberdade e a diversidade dos homens e das comunidades?

Não é sem razão que se afirma que a década de 80 será a década da agricultura, não só como sector económico, mas também como alicerce da ruralidade. Ruralidade que é cultura e humanização de todo o território e que não é compatível com as formas mais extremas e degradantes de exploração das potencialidades naturais. Estas não atendem a duas das premissas fundamentais do desenvolvimento: a realização do homem e da sociedade através de uma melhoria constante da qualidade de vida e a valorização do território, com vista a garantir a vida das gerações futuras.

Uma política energética assente na descentralização e multiplicação das fontes de energia, no correcto dimensionamento da produção e da distribuição, na racional gestão do consumo, política que não obriga necessariamente à opção nuclear, antes apontando para energias alternativas renováveis; uma agricultura diversificada, estendida equilibradamente por todo o território, uma multiplicação de actividades diferenciadas, aliadas ao progresso comunitário de toda a nação são as bases fundamentais da sociedade do futuro próximo e a condição sine qua non de uma regionalização autêntica. A regionalização não assenta exclusivamente em parâmetros económicos ou administrativos, antes se funda na cultura própria de cada comunidade.

Para além da liberdade, da democracia, da fraternidade e da igualdade perante a lei, para além da justiça social, há que promover, num quadro cultural, uma política de desenvolvimento de que beneficiem todos os portugueses de todas as regiões.

Estabilizada a vida política, aberta e consolidada a via democrática, equacionada a problemática eco-

nómica, realizadas estarão as condições que nos permitam entrar numa fase de desenvolvimento autêntico, harmonioso e com condições de perenidade e continuidade.

É por estes objectivos que nos batemos e que a Aliança Democrática se bate.

É a sua prossecução que a Aliança Democrática se obrigou. Objectivos que, cumpridos que sejam durante esta legislatura, se projectam para além de 1984 e implicam a necessidade de pensar a continuidade da sua realização com a adesão e o apoio dos eleitores portugueses.

Senhores, o 25 de Abril é festa da democracia, festa em que, na diversidade e oposição de opiniões, está presente, ou deve estar, a preocupação unânime da defesa da liberdade.

É por isso que não são, para nós, toleráveis, muito menos neste dia, as tentativas de apropriação de um qualquer hipotético «espírito do 25 de Abril», a comemoração não pluralista mas facciosa da data, o divisionismo em vez da unidade, a exploração com fins frentistas em lugar da festa de todos os portugueses.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — E não podemos deixar de realçar, com desgosto e repulsa, a afronta que consiste em não terem sido condecorados, no Dia da Liberdade, homens como Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

Senhores, por força da vontade do seu povo, Portugal vencerá o grande desafio do futuro, alicerçado nas tradições de liberdade e independência que a sua história encerra.

Cumpre-nos ser responsáveis por uma pequena parte dessa história.

E a melhor maneira de comemorar o 25 de Abril é procurarmos ser dignos dela.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Comunista Português, Sr. Deputado Octávio Pato.

O Sr. Octávio Pato (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Conselheiros da Revolução, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: As comemorações populares que hoje assinalam em todo o País o 7.º aniversário da Revolução libertadora do 25 de Abril, são a confirmação do significado histórico daquela data na vida do povo e da Pátria, e uma clara expressão da determinação popular em prosseguir o caminho aberto em 25 de Abril.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Celebrando o 7.º aniversário do 25 de Abril, o povo português celebra a conquista das liberdades, as nacionalizações e a Reforma Agrária, o fim da guerra, a paz e a contribuição para a inde-

pendência dos povos sujeitos ao colonialismo português. Celebra a construção de um regime democrático em que as liberdades democráticas são indissociáveis de uma economia libertada dos monopólios e latifúndios.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Um tal balanço justifica que renovemos aqui a homenagem devida a todos os que na resistência ao fascismo criaram, com os seus sacrifícios e a sua luta, as condições para a vitória do 25 de Abril; que renovemos aqui uma vibrante homenagem aos heróicos «capitães de Abril» e a todos os militares que se identificaram com os ideais democráticos; ...

Aplausos do PCP, da UEDS, do MDP/CDE e de alguns deputados do PS.

Quê saudemos aqui todos os portugueses e portuguesas que depois de 1974, numa epopeia prolongada e difícil, trabalharam e lutaram para que o 25 de Abril continue a brilhar na realidade portuguesa.

O 7.º aniversário do 25 de Abril ocorre num momento marcado pelo obstinado prosseguimento de uma intensa ofensiva das forças reaccionárias.

O governo da «AD» combate e nega o 25 de Abril procurando restaurar o poder do grande capital e dos agrários, atacando o sector nacionalizado e prosseguindo a destruição criminosa da Reforma Agrária, lançando os pequenos e médios agricultores numa situação aflitiva, agravando as condições de vida da população, aumentando os preços, reforçando a exploração e a repressão nas empresas, resistindo aos aumentos de salários dos trabalhadores, restabelecendo princípios elitistas na educação, dificultando o acesso à saúde, manipulando a comunicação social, sacrificando a soberania, a dignidade, a segurança e a independência nacionais, no altar da guerra fria e do belicismo, ao serviço aviltante do imperialismo.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Para que possam afogar o Portugal de Abril na vaga restauracionista faltam à reacção o domínio dos outros órgãos de soberania, o controle partidário das forças armadas através da sua governamentalização, uma Constituição, um Estado e um regime adequados para o esmagamento da resistência popular e da luta democrática. Não nos iludamos. Para isso trabalham, esse é o plano subversivo que procuram refazer em torno do seu continuado propósito de obter a revisão inconstitucional da Constituição de Abril.

Quando ministros ou deputados da «AD» defendem «entregar a terra a quem sempre a teve»; ou quando afirmam que «quem quer saúde, paga-a»; ou quando se insulta na televisão os trabalhadores da função pública e se proclama aos grandes empresários, ser «necessário banir o vírus da democracia»; ou ainda se declara que «a democracia é boa para os países do Norte, mas não para os países latinos», todas estas palavras e os actos que lhe correspondem indicam de forma insofismável que tais pessoas, tais

Ministros e um tal governo nada têm a ver com o Portugal de Abril.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Uma tal política está suscitando um amplo descontentamento popular. Crescem as lutas dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas em defesa dos seus direitos e das suas condições de vida e de trabalho. O combate à política de desastre e ruína nacional do actual governo e a luta em defesa das conquistas da Revolução dão um novo e grandioso testemunho da vitalidade dos ideias do 25 de Abril.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Da política do Governo e da resposta popular, ressalta com extrema clareza uma grande lição: é que sem os trabalhadores e contra os trabalhadores, contra as novas realidades do Portugal de Abril, pode-se realizar uma política de destruição e de agravamento dos problemas nacionais, mas não se pode dar solução positiva às grandes questões que afectam a vida do povo e do País.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Do conflito que está alastrando entre as aspirações da maioria da população e a política do governo «AD», este, por muito que proclame, sem qualquer fundamento, que ganhou o direito de governar quatro anos, tem, além de outras, uma desvantagem que só por si caracteriza a sua precariedade: é que o Governo não pode demitir o povo e as instituições democráticas nem inventar outras à medida da sua vontade. Mas o povo e as instituições democráticas podem seguramente demitir o Governo e conduzir à formação de outro governo que corresponda à sua vontade e aspirações.

Aplausos do PCP.

Compreende-se que as forças reaccionárias reclamem tempo para poderem liquidar as grandes transformações democráticas, para reconstituir o poder e os privilégios do grande capital, para enfraquecer e enterrar o regime democrático. Mas o que já não se pode compreender é que possa haver sectores democráticos que pareçam dispostos a conceder esse tempo à reacção e a empenharem-se na defesa do governo e da sua política.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — A defesa do 25 de Abril, a salvaguarda das suas conquistas, colocam com particular premência a necessidade da cooperação, do entendimento e da unidade das forças da liberdade, da democracia e do progresso social.

A experiência nacional mostra bem que a divisão dos democratas só favorece a reacção e mostra também que, pelo contrário, a unidade dos democratas é inseparável dos grandes passos e progressos nacionais no caminho da liberdade e da democracia.

Aplausos do PCP.

Num momento recente, do qual não pode estar esquecido nem o dramatismo da batalha nem a sinistra ameaça que pairou sobre a democracia, foi indiscutivelmente a ampla convergência da acção política de forças, correntes e personalidades democráticas muito diversas que impediu a radical subversão do regime democrático.

Contra a opinião daqueles que, fora da «AD», se empenham em denegrir a convergência dos democratas verificada em 7 de Dezembro, lembramos pura e simplesmente os factos e os resultados: unidos, os democratas asseguraram uma estrondosa derrota da reacção e uma relevante vitória da democracia.

Aplausos do PCP.

A consolidação e desenvolvimento da aproximação e da acção comum entre as diversas forças e correntes democráticas é o único caminho que pode proporcionar novas vitórias democráticas, a bem da liberdade, do 25 de Abril, das aspirações do povo português e dos interesses de Portugal.

O 25 de Abril continua vivo na realidade portuguesa. O seu futuro está nas mãos de todos os democratas e patriotas. O 25 de Abril vive e viverá!

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Centro Democrático Social, Sr. Deputado Mário Gaioso.

O Sr. Mário Galoso (CDS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Celebrámos hoje mais um aniversário do 25 de Abril, que foi, acima de tudo, o reencontro de Portugal com a democracia.

Comemorá-lo nesta Assembleia, perante os legítimos representantes do povo português, revela, só por si, que a Revolução de Abril triunfou, pois apenas em regimes democráticos existem parlamentos livres.

A liberdade é direito fundamental de todo o ser humano e condição básica da sua dignificação. Por isso valeu a pena conquistá-la, apesar do muito que muitos sofreram no decurso do processo revolucionário.

Há quem pretenda avocar os méritos e os louros da Revolução de Abril. Mas a verdade é que uns e outros cabem, por direito próprio e em exclusivo, às forças armadas e ao povo português, de que ninguém deve nem pode apropriar-se, porque ambos constituem património inalienável de Portugal inteiro.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, como, de resto, desde sempre, o 25 de Abril é celebrado por formas e razões diferentes — uns nele festejam e relevam, essencialmente, o 11 de Março; outros o comemoram nele dando prevalência ao 25 de Novembro. Há também alguns que, por gostarem de festas, não faltam a nenhuma ...

Risos do CDS, do PSD e do PPM.

Este desentendimento acerca do 25 de Abril não é recente, antes existe desde os primórdios da Revolução.

Com efeito, debaixo de uma aparente coincidência de propósitos e de ideias, entre os que planearam e executaram o 25 de Abril sempre houve contradições insanáveis.

Uns pretendiam instituir no País uma democracia pluralista; outros visavam a implantação sub-reptícia de uma república popular. Aqueles pensavam deixar ao povo português a escolha do seu próprio destino; estes propunham-se impor-lhe uma nova e mais opressiva servidão.

Uma voz do PS: — Não apoiado!

O Orador: — Os primeiros só se preocupavam com Portugal e com os Portugueses; os segundos sobreponham a tudo a sua ideologia.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Orador: — Enfim, uns eram democratas, outros falavam de democracia ...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Com estas divergências de base, era inevitável o que veio a acontecer.

Pouco tempo após o 25 de Abril tomou a liderança do processo revolucionário o grupo progressista, subtilmente manipulado pelo único partido na altura estruturado.

Entrou-se então numa 2.ª fase do processo, enxertada no 25 de Abril, mas sem ter nada que ver com ele.

Identifica-se esta outra revolução com o 11 de Março, caracteriza-a um caminhar apressado e tumultuoso em direcção a um totalitarismo e desenvolve-se através de violências e atropelos de toda a ordem.

Foi o período em que nada se respeitava, nem os próprios partidos democráticos, e em que tudo se procurava destruir, inclusive a história pátria.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Foi o período da descolonização nada exemplar, da demolição sistemática de todos os suportes da nossa economia, do caos social e da desagregação da instituição militar.

Foi o período em que se destruíram sedes de partidos, se vilipendiaram dirigentes e se perseguiram militantes. E tudo isso somente porque os partidos, e nomeadamente o CDS, tiveram coragem e, sabendo-se com a força da razão, nunca se vergaram à razão da força.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Estivemos a um passo de uma nova ditadura e à beira de uma guerra civil, porque, entretanto, o povo português e os partidos democráticos reagiram corajosa e firmemente contra a onda de progressismo irresponsável que assolou o País.

Evitaram esse confronto as forças armadas, com a sua intervenção em 25 de Novembro. Porque é para que intervieram disse-o o Presidente da Repú-

blica aqui e na sessão de 1980. Por oportuno, recordo, citando-o:

Sendo o 25 de Novembro a reafirmação de democracia pluralista nas palavras e nos actos, é também a recusa do militarismo e a resposta firme àqueles que, esquecidos do que combatiam, se assemelhavam, no entanto da vitória, aos seus adversários, na vontade totalitária da opressão e destruição.

Estas palavras correspondem ao verdadeiro espírito do 25 de Abril e confirmam os desvios que nele houve, os excessos que se cometem e a existência dos grupos anteriormente referidos.

Com o 25 de Novembro, regressa o 25 de Abril à sua pureza originária.

Com o 25 de Novembro, completa-se e esgota-se a Revolução de Abril, com a clara vitória das forças democráticas, que sempre a apoiaram, e a derrota das forças não democráticas, que nela se introduziram e só a prejudicaram.

Por tudo isto, comprehende-se que a esquerda não democrática festeje realmente no 25 de Abril o 11 de Março. E comprehende-se que da primeira daquelas datas se pretenda apropriar para, e com o seu característico «folclore», dela apagar e nela fazer esquecer a sua própria derrota.

Quanto ao CDS, no 25 de Abril vê a dupla libertação de Portugal: à partida, de um velho regime ditatorial; depois, com o 25 de Novembro, de uma nova ditadura de sinal contrário. Neste entendimento, hoje e sempre o CDS festejará o 25 de Abril.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados: A Revolução de Abril triunfou, já o dissemos e com isso nos congratulamos.

Mas a proposta apresentada ao povo português está ainda, em larga medida, por concretizar.

É certo que, no aspecto político, as instituições democráticas estão a funcionar normalmente, que no sector económico, nomeadamente em 1980, se fizeram progressos, conseguindo-se, pela primeira vez desde o 25 de Abril, reduzir a inflação a valores aceitáveis e aumentar o efectivo poder de compra dos Portugueses, que no domínio social se alcançaram também algumas melhorias, em especial no âmbito da segurança social e da defesa da família.

É verdade que hoje, e no nosso país, os cidadãos têm garantida a sua participação activa na vida comunitária — já dispõem de voz e são ouvidos, já existem mecanismos legais que os protegem contra quaisquer arbitrariedades, já se exercitam direitos ainda há pouco ignorados ou proibidos.

Tudo isto, se é positivo, até pelas dificuldades enfrentadas, continua a ser insuficiente.

Por outro lado, há forças políticas apostadas na desestabilização, que não olham a meios para atingirem os seus fins. A elas convirá recordar as palavras que aqui proferiu o Presidente da República na sessão de 1977. Cito:

Não se pode ser democrata nesta Assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Assim, há que prosseguir e acelerar a concretização das promessas de Abril, redobrando esforços e corrigindo erros.

O 25 de Abril, muito mais do que passado ou presente, é e tem de ser o futuro.

Aproximamo-nos de um novo século, e nele se pensa num Portugal renovado, em que o bem-estar dos Portugueses seja, não privilégio de alguns, mas direito ao alcance de todos.

Para tanto é importante e prioritário defender a liberdade e a democracia, promover o desenvolvimento geral do País e realizar uma maior justiça social.

Almeida Garrett escreveu um dia, e cito:

Em dois grandes escolhos se perde a liberdade: na tibieza com que se defende ou na demasia que dela se goza — evitemos um e outro.

A experiência vivida recentemente evidencia a justeza destas palavras e a necessidade de um equilíbrio que nem sempre existiu.

Se todo o homem é livre e pode ter as ideias que quiser, a sociedade possui, mais do que o direito, a obrigação de defender os valores em que acredita e de respeitar a vontade da maioria dos elementos que a integram.

Defender a democracia implica não pactuar com saudosismos, sejam eles do 24 de Abril ou do 11 de Março, mas exige também que se criem condições para que cada um e todos desejem sinceramente ultrapassar o nosso último meio século de história e queiram esquecer agravos, serenar paixões e curar as feridas que dele persistem.

Defender a democracia obriga ainda a dar o passo que falta para que a gozemos na sua plenitude — rever a Constituição, transformando-a, de pomo de discórdia, em traço de união entre todos os democratas portugueses.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Esperamos que os democratas desta Assembleia, com a noção das suas responsabilidades e a abertura de espírito que se lhes reconhece, consigam o consenso indispensável à democratização plena do regime.

Outro objectivo a prosseguir será o desenvolvimento económico, que passa pela definição do modelo a adoptar e pela modernização do aparelho produtivo, sem o qual não alcançaremos rapidamente a tão necessária melhoria das condições de vida do povo português.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, uma política de autêntica justiça social é imperativo da consciência de cada um e garantia da permanência dos ideais de Abril. A luta contra as desigualdades, a eliminação das discriminações e o combate à pobreza, à indigéncia e à miséria constituem um desafio que devemos aceitar e temos de vencer.

Desta vitória depende, em larga medida, a construção de um futuro melhor para os Portugueses.

Desta vitória depende, em grande parte, o Portugal mais justo, mais fraterno e mais livre que todos queremos e havemos de ser.

Confiamos no futuro.

Confiamos na liberdade e na democracia.

Confiamos em Portugal.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Socialista, Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Comemorar o 7.º aniversário da Revolução de 25 de Abril é para nós, socialistas, sobretudo um acto de fé e de esperança. Já muitos têm tendência para esquecer o que foi a vida melancólica, estagnada e angustiada dos Portugueses durante os longos anos da ditadura. O 25 de Abril rompeu com a noite do passado e inaugurou um período de claridade e de progresso, embora entrecortado por dúvidas, entrechoques e até convulsões. Mas todas essas crises de crescimento e consolidação da democracia só resolveram sob o signo da paz cívica. Já se tem salientado que a Revolução dos Cravos foi a revolução mais pacífica do Mundo. E é exacto. Mas poucas vezes se tem destacado que Portugal é neste momento uma das poucas democracias da Europa do Sul onde não existe a violência política generalizada. E nem se diga que esse capital da nossa jovem democracia se deve à tradicional suavidade dos nossos costumes. Nada de mais longe da verdade. Os últimos anos da monarquia caracterizaram-se por uma repressão desapiedada dos chamados «crimes anarquistas», nomeadamente através da famigerada Lei de 13 de Fevereiro de 1896, ...

Vozes do PPM: — Não apoiado!

O Orador: — ... tão duramente fustigada pela propaganda republicana. A República, essa, então teve de se haver com uma vaga de atentados bombistas, sobretudo depois do fim da I Grande Guerra, que não foi capaz de debelar. Esse surto do que então se chamavam os «crimes sociais» contribuiu de forma decisiva para o sucesso do golpe militar fascista de 28 de Maio de 1926. Quando nesta data fatídica um grupo de militares reaccionários se sublevou contra o regime democrático por entre o cansaço de uma população flagelada pela inflação, a insegurança pessoal e a intranquilidade política, quase ninguém em Portugal teve a consciência de que esse grupo de coronéis obscuros, cujo nome a história mal regista, que recrutara à última hora para a conspiração o nome prestigiado de Gomes da Costa, iria inaugurar a ditadura mais longa da Europa Ocidental, dado que pouco lhe faltou para atingir o meio século. Gomes da Costa foi deportado para os Açores alguns meses depois, mas a ditadura, essa, foi-se firmando, de modo a cobrir rapidamente com a sua sombra opaca todo o País, sem excepção. Eis a lição a extrair do que nos aconteceu: sabe-se sempre quando uma ditadura começa, nunca se sabe quando ela acaba. O sol da liberdade acabou por despontar de novo graças ao 25 de Abril, mas apenas depois de uma longa noite de quase meio século, em que a

liberdade e a esperança de um povo jazeram sepultadas sob a opressão e o desprezo de uma oligarquia.

Recuperámos a liberdade e dignidade, mas não se diga que são de pouca monta os problemas com que ainda nos debatemos. Bastará lembrar que, tomando apenas como termos de comparação a Espanha e a Itália, a capitação do nosso rendimento é de cerca de 50 % da desses países, o que bem mostra o fosso extraordinário que nos separa mesmo dos nossos vizinhos mais próximos, a todos os títulos.

A este crónico atraso económico e cultural juntam-se outros problemas de todos conhecidos, dos quais os mais sentidos são, indiscutivelmente, a alta acelerada do custo de vida, a elevada taxa de desemprego e o avultado défice externo.

Há uma longa tradição dos Portugueses para conquistarem o seu lugar ao sol através da emigração. Primeiro, o Brasil, depois, a África ex-portuguesa e, finalmente, a Europa serviram de refúgio àqueles que não conseguiam encontrar na sua pátria o lugar a que tinham direito.

Hoje em dia, porém, essa porta de saída estreita-se cada vez mais. E será utópico pensar que a nossa adesão à CEE, em data ainda um tanto ou quanto incerta, nos irá reentregar a chave perdida da porta almejada.

A crise mundial é hoje um facto, uma realidade, com tendência para se agravar cada vez mais nestes anos mais próximos. Não interessará dissertar sobre as suas origens. Bastará apenas acentuar este facto. Nenhum estadista, nenhum economista, nenhum cientista, foi capaz ainda de apontar o caminho que nos leve mesmo que apenas ao princípio da inversão do movimento compressivo da crise. (E, no entanto, não há crise sem saída para um povo decidido a enfrentá-la e a vencê-la!)

Vários cavaleiros do *Apocalipse* percorrem e assustam agora o Mundo: fome, miséria, desemprego, guerra, corrida aos armamentos, armas nucleares. É também um factor de graves preocupações a instabilidade internacional de um mundo dividido em zonas de influência, cujos limites são permanentemente contestados por dentro e de fora, através de conflitos pontuais, por detrás dos quais raro se não descontinam as grandes potências, atentas, se não intervencionistas. E que dizer do Terceiro Mundo, o qual se poderá chamar sem receio o pecado mortal do século XX? Bastará dizer-lhe que estão bem-aventurados no céu os que têm fome e sede de justiça? É evidente que os humilhados e os ofendidos reclamam algo de mais concreto, e ai daqueles que procuram abrigar-se no egoísmo da sua lareira para deste modo fingirem ignorar as labaredas de desespero que incendeiam o Terceiro Mundo! Assim como aquele que nos incertos dias de hoje queira reduzir a política a um capítulo da arte do espectáculo mais cedo ou mais tarde soçobrará no verbalismo inoperante, assim também o egoísmo daqueles que teimem em ver as grandes correntes de fundo da nossa época como algo de que nos poderemos isolar, convertendo Portugal numa espécie de república das Berlengas, só poderá arrastar o nosso país para o mísere destino a que nos conduziu D. João III, com a sua política mesquinha da contra-reforma e que tempos depois nos custou a perda da independência. Num belo livro Ramalho Ortigão estabelece o paralelo entre a Holan-

da livre em rebeldia vitoriosa contra o domínio castelhano, que pretendia impor às suas consciências livres a política política da Inquisição, e o Portugal da mesma época, que, sufocado pelo obscurantismo e pela repressão inquisitorial, não foi capaz de resistir à ocupação espanhola, apesar de possuir muito mais recursos humanos e materiais. Faltou-lhe apenas a determinação de lutar e vencer, conjugando as suas energias em torno de um ideal de liberdade, de justiça social e de solidariedade nacional. Solidariedade, belo termo que nos é recordado por todo um povo hoje unido em defesa das suas liberdades e da sua identidade nacional, em busca de uma maior justiça social.

Nesta era de mudança, em que tudo se modifica e transforma a um ritmo desconhecido, a Revolução do 25 de Abril deu-nos um capital enorme de vantagem. Somos mais pobres do que outros, mas estamos mais seguros do nosso desejo de liberdade, de justiça social e de solidariedade nacional, tão bem concretizado nos ideais do 25 de Abril. Não há que nos carpirmos das dificuldades da hora presente.

A questão fundamental é a de optar entre o lamento esterilizante e a decisão de enfrentar a tormenta. Não nos devemos queixar de vivermos em tempo de incerteza e crise; devemos antes estar reconhecidos por em momentos de agrura nos ser dada a possibilidade de nos encontrarmos ao lado do nosso povo para enfrentarmos e vencermos o desafio.

É por isso que nós, socialistas, somos fiéis aos ideais do 25 de Abril, tão belamente concretizados na nossa Constituição, para a qual muito nos honramos de ter dado uma importante contribuição. Na necessária revisão constitucional que se aproxima ser-lhe-emos fiéis; opondo-nos a que a nossa lei fundamental possa ser desvirtuada através da banalização despeitada ou qualquer outro estratagema. Vivemos durante quarenta e um anos sob a férula da antide-mocrática Constituição de 1933. Pois aqueles que nunca a criticaram e antes muitas vezes a louvaram, aninhando-se à sombra de sua injustiça, são aqueles que mais hoje vociferam contra os ideais do 25 de Abril consubstanciados na nossa Constituição actual.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — As recentes eleições presidenciais de 7 de Dezembro deram-nos mais um exemplo de como um povo, afirmando-se, pode vencer, salvaguardando a liberdade e a sua identidade democrática. Contra aqueles que pretendiam atrasar os ponteiros do relógio para antes de 25 de Abril todo um povo se ergueu, exigindo que o regime constitucional de 25 de Abril se mantivesse, perdurasse e consolidasse.

Nós, socialistas, popularizámos em 1975 a seguinte palavra de ordem: «É preciso respeitar a vontade popular!» Pretendia-se então deturpar os resultados eleitorais através de interpretações sofísticas e destituídas de fundamento. Pois bem, também em 7 de Dezembro de 1980 todo um povo disse não àqueles que pretendiam uma revisão constitucional com violação das regras constitucionais; todo um povo também reelegeu um Presidente da República com o voto explícito de que este deveria usufruir dos mesmos poderes presidenciais do seu mandato anterior, pois só assim poderá exercer a sua missão de garante da democracia.

Nós, socialistas, repetimos em 1981 o que proclamámos em 1975: «É preciso respeitar a vontade popular!» E estamos certos de que a vontade popular será respeitada.

A democracia pluralista que somos assenta na tolerância e no respeito pelos outros. Mas o respeito pelos outros começa pelo respeito por nós próprios. E o respeito por nós próprios implica a obediência aos imperativos da vontade popular, que é a regra de base de toda a democracia. Democracia que terá de ser defendida por meio de uma eterna vigilância (a Espanha não está tão longe que se possam desprezar as lições que encerram os acontecimentos lá sobrevindos). Eterna vigilância que nos ensina que, em política, a coragem é, essencialmente, uma longa persistência e uma amorosa fidelidade a um ideal.

Não pode haver democracia sem equilíbrio entre os vários poderes do Estado e órgãos de soberania. Como também não pode haver democracia se se não reconhece que toda a maioria é transitória e que todos deverão rejeitar a institucionalização em definitiva de uma maioria conjuntural através de remodelações artificiosas da Lei Eleitoral.

Para além do reconhecimento formal da legitimidade dos órgãos de soberania, é necessário também que estes possuam as condições necessárias para exercerem a sua actividade normal. É particularmente chocante a inexistência dos mais elementares meios de trabalho na Assembleia da República, onde um deputado se movimenta numa tal carência de espaço e de meios que o colocam — neste aspecto — numa situação inferior à de um simples amanuense; pois que o amanuense ainda tem um lugar onde se pode sentar, ao passo que aos deputados — na generalidade dos casos —, além do hemicírculo, só restam os corredores. Não há na Europa parlamento tão indigne em meios de trabalho ...

Estamos, porém, certos de que a democracia em Portugal se consolidará e desenvolverá. Renasceu com o 25 de Abril. E cada vez mais se fortalecerá, acarinhará e engrandecendo os ideais do 25 de Abril. Permito-me saudar nos Srs. Conselheiros da Revolução aqui presentes os militares de Abril. E saúdo também, na pessoas de todos os deputados aqui presentes, sem exceção, o povo de Portugal em liberdade, que todos nós servimos para o tornar maior e melhor.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS, de alguns deputados do PCP e dos Srs. Deputados Amadeu Santos (PSD) e Sanches Osório (CDS).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do Partido Social-Democrata, Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Srs. Membros do Governo, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Presidentes das Assembleias Regionais, Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: O Partido Social-

Democrata associa-se, pela minha voz, como maior partido português, à comemoração do 7.º aniversário do 25 de Abril, que hoje nos reúne aqui.

Pondo termo a uma guerra sem saída, que impunha pesados sacrifícios aos Portugueses, acabando com uma ditadura violadora dos direitos fundamentais da pessoa humana, que nos fechava as portas da Europa, nos coartava os contactos com tantos povos do Mundo e mantinha entre nós uma sociedade injusta, eivada de gritantes desigualdades, o movimento libertador de há sete anos permitiu o restabelecimento da democracia, da única legitimidade verdadeira, a que decorre do sufrágio universal, directo e secreto, e a devolução da soberania ao seu detentor único, o povo português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ao contário do que parece suceder com outros, a nós impõe-se-nos fazer justiça a todos os que, por qualquer forma, contribuiram para o triunfo da liberdade. Orgulhamo-nos de que muitos deles estejam hoje nas fileiras do PSD, alguns aqui mesmo sentados na sua bancada. Mas prestamos sobretudo a devida homenagem àquele que foi o seu fundador e presidente, tragicamente desaparecido há poucos meses, Francisco Sá Carneiro.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Recordamos o seu constante combate pela democracia, pelos direitos do homem, pela justiça social, e a sua luta, plena de coragem e dignidade, contra a opressão que esmagava os Portugueses. Nós, no PSD, não podemos consentir que quaisquer forças ou individualidades não democráticas se reivindiquem agora da sua obra ou do seu pensamento, pois contra todas elas, primeiro de direita e depois de esquerda, ele toda a vida se levantou vigorosamente.

Aplausos do PSD, do PPM e de alguns Srs. Deputados do CDS.

Não podemos também calar a nossa indignação por não ter sido concedida, por invocadas razões processuais, a Ordem da Liberdade, proposta pelo Governo para Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia.

Mas, se ela foi formalmente recusada, isso não impede o mais importante: é que esses três portugueses figuram já no coração dos nossos compatriotas, como grandes lutadores pela liberdade e por Portugal até à morte.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Milhões de portugueses já lhes conferiram aquela que para nós é a verdadeira Ordem da Liberdade.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que o 25 de Abril pertence aos democratas e ao povo, aos que, na verdade, querem a liberdade e a respeitam como bem do qual ninguém pode ser privado. A homenagem maior é devida, no entanto, a esse povo de Portugal, que, sem violências que noutras latitudes se teriam certamente verificado, soube sacudir

os terríveis jugos que, antes e depois de 25 de Abril, velhos e novos tiranos lhe quiseram impor.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ele não consentirá jamais, agora, que a festa da liberdade seja apropriada pelos que são os verdadeiros inimigos da liberdade.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Há quem queira transformar o 25 de Abril num ritual, num conjunto de palavras que se repetem a horas certas ou num pretexto para ganhos político-partidários ilegítimos, conseguidos à custa de presões de rua, à margem do sufrágio popular. Para isso, arregimentam grupúsculos inconsistentes e quase inexistentes e os já muito conhecidos «companheiros de jornada» para dar uma réstia de credibilidade pretendente unitária ao seu frentismo antidemocrático. Mas os Portugueses sentiram na sua carne em 1975 o terror e a violação de todos e cada um dos direitos do homem, levados a cabo pelo Partido Comunista, sabem que a sua ideologia esmaga e destrói o pluralismo e a liberdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Viram que não são os que enchem a boca falando nos trabalhadores que defendem o seu bem-estar, antes pelo contrário, vêem o que é a prática totalitária e opressora dos seus congéneres que conseguiram subir ao Poder em alguns países.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — E S. Nicolau?

O Orador: — Tenha calma, Sr.ª Deputada ... Ainda não chegámos à Sibéria!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O oportunismo e hipocrisia desta força política é tal que a sua colagem é um perigo real para o 25 de Abril, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... pois dele pode afastar muitos, enojados com a sua duplicidade e a sua desvergonha.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas fiquem todos bem cientes disto: nós e o nosso governo não nos atemorizaremos com essas ou outras manobras.

Uma voz do PCP: — Estás a tremer ...

O Orador: — A nossa firmeza será inabalável contra os antidemocratas ...

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

É que, na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram outros que defenderam o 25 de Abril e se vão esforçando por o fazer cumprir. Reconhecemos o papel desempenhado pelos democratas que hoje estão na oposição e honramo-nos de ter colaborado com eles nessa luta pela liberdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Onde?

O Orador: — Esperamo que esses democratas da oposição não se esqueçam de que hoje, de novo, a clivagem fundamental é a mesma e divide os que têm um projecto democrático dos que têm um projecto frentista totalitário, sejam quais forem as palavras que digam e as pessoas atrás de quem se queiram perfilar.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os partidos que constituem a Aliança Democrática deixaram aos outros as palavras e começaram há quinze meses a cumprir, em actos, as promessas de Abril.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PCP.

O Orador: — Não gostam de ouvir as verdades, mas têm de as ouvir.

Aplausos do PSD.

Em 1979, os Portugueses confiaram-lhes um mandato para superar o impasse que se verificava depois do fracasso das experiências minoritárias e dos chamados «governos de iniciativa presidencial». A defunta maioria de «esquerda» anteriormente existente, embora menos dividida do que hoje está, em minoria, não foi capaz de gerar estabilidade governativa, sem a qual não pode haver progresso social e económico.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi catastrófica a sucessão de governos que se anulavam reciprocamente com sucessivas políticas contraditórias. Estávamos perante o espectro da República de Weimar, experiência semipresidencialista que teve fim trágico na Alemanha, entre as duas Guerras. Voltava-se à instabilidade que foi característica sobretudo da I República, esquecendo os ensinamentos dos historiadores, que a apontam como uma das causas principais da perda de liberdade em 1926.

Perante o fracasso dos partidos hoje na oposição, que perderam a oportunidade que o povo lhes tinha dado de realizar as aspirações de justiça e solidariedade, de bem-estar e de acesso à cultura, expressas nas promessas contidas no programa de Abril, coube à Aliança Democrática, e isso muito nos honra, começar no ano passado a fazê-lo.

E muito fizeram já nestes quinze meses passados os governos da Aliança Democrática, tentando viabilizar uma economia que estava paralisada e que só subsistia à custa de artificialismos, de mercados paralelos e de especulações; atendeu-se aos problemas dos mais desfavorecidos; desenvolveu-se larga panóplia de melhorias sociais; ...

Vozes do PCP: — Não apoiado!

Risos do PCP.

O Orador: — ... distribuíram-se terras a pequenos agricultores, reduziram-se pela primeira vez, os impostos; integraram-se melhor os emigrantes na comunidade nacional; iniciou-se a reparação devida a pessoas e instituições, algumas multi-seculares, como as veneráveis Misericórdias, que tinham sido injustamente prejudicadas nos tumultuosos anos de 1974 e 1975.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não se pode esquecer também a obra desenvolvida pelos governos regionais do PSD nos Açores e na Madeira, que, consolidando a autonomia no respeito pelas aspirações dos respectivos povos, contribuem assim para a estabilidade e a consolidação da democracia no todo nacional.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É agora chegada a hora de pôr termo ao período de transição, de iniciar a transformação reformista do sistema, de o modificar pacificamente no sentido mais justo e mais moderno, com vista a garantir a sobrevivência do regime e levar à prática as promessas ainda não cumpridas do 25 de Abril.

Por isso, os deputados do PSD, do CDS e do PPM acabam de entregar hoje na Mesa o projecto de revisão constitucional da Aliança Democrática, cumprindo o compromisso com que se apresentaram ao eleitorado.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Não se trata de uma proposta de Constituição nova, mas sim de uma revisão profunda do texto actual. Nunca o PSD negou os aspectos positivos desse texto que o levaram a votá-lo favoravelmente em 1976, sobretudo no que se refere à garantia dos direitos fundamentais do homem, dos direitos económicos, sociais e culturais e do pluralismo político.

O meu companheiro Amândio de Azevedo, no aniversário da aprovação da Constituição, há poucos dias aqui celebrado, recordou desenvolvidamente a posição do PSD sobre o texto fundamental.

Ninguém pode, no entanto, ignorar a necessidade da revisão constitucional e é lamentável que muitos hoje finjam esquecer que o texto votado em 1976 era em boa parte transitório, e apenas como tal o PSD o votou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, só alguém verdadeiramente insensato julgará que uma Constituição pode subsistir longo tempo, como todos certamente desejam, e desempenhar o seu papel num Estado democrático se não for um elemento fundamental de consenso, se tiver por si apenas uma parte da população, ainda que cerca de metade, se a outra metade se lhe opuser. Qual teria então sido o motivo da preocupação constantemente verificada em todos os países europeus, em todos os democratas de todas as tendências, após a 2.ª Guerra Mundial, bem como na Espanha a seguir à queda do franquismo, no sentido de ser conseguido o mais amplo entendimento possível em torno da Constituição?

Ao findar o período de transição, é essencial que se faça uma revisão que faça da Constituição um elemento de união dos Portugueses, e não de divisão entre si. Por isso, a Aliança Democrática propõe alterações que não privilegiam ninguém nem nenhuma ideologia, para que a lei fundamental sirva como quadro para as diversas alternativas partidárias possíveis. A alternância no Poder, Srs. Deputados, tem de ter significado real, e não ser meramente formal. É absurdo que a Aliança Democrática, ou qualquer outra força, que viu o seu programa aprovado em duas eleições sucessivas, se veja impedida de o aplicar em grande parte por disposições programáticas que não são as suas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, a experiência decorrida nestes cinco anos revelou deficiências do texto actual que importa corrigir. É isso o reformismo, Srs. Deputados, contrário aos conservadores, aos imobilistas que não querem ver passar o tempo e não querem ver como evolui a realidade social, obcecados pelas suas concepções fixistas e imobilistas da sociedade, que vêm do século passado. Mas os que defendem a estagnação não podem dizer-se sociais-democratas. A social-democracia é o movimento, é o dinamismo, é a reforma.

Aplausos do PSD.

Prestam, pois, muito mau serviço à democracia e à Constituição os que a querem regidificar, diminuindo-lhe, assim, progressivamente a base de apoio, mesmo que seja através de simples revisões cosméticas, de pormenor, com uma ou outra solução curiosa, aplicando o lema dos conservadores: é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma. Não resolvem também o essencial, meras melhorias técnicas, que podem ser necessárias, mas que servem, sobretudo, para satisfazer a vaidade pessoal dos que se julgam auto-iluminados na matéria.

Aplausos do PSD e do Sr. Deputado Luis Coimbra, do PPM.

O projecto agora entregue, pelo contrário, é um esforço conseguido e importante no sentido do consenso por parte de três partidos, que partiram, naturalmente, de posições diferentes.

Foi um trabalho útil também para a preparação do espírito que necessariamente terá de informar os democratas que queiram conseguir o acordo necessário à revisão.

O PSD tem confiança em que tal acordo será alcançado nesta Câmara. A Aliança Democrática não apresenta uma posição dogmática. Quer dialogar com os democratas da oposição, em especial com os do Partido Socialista, esperando que ponham o interesse nacional acima do interesse partidário, nomeadamente para o apagamento das três ou quatro manchas não democráticas que ainda hoje desfeiam a nossa Constituição. Seria tremenda a responsabilidade daqueles que provocassem um eventual fracasso, que julgo, diria mesmo que tenho a certeza, não se verificará. Mas agora se verá quem defende a democracia e a Constituição e quem as pode pôr

em perigo; quem julga que a lei é para servir o povo e quem quer que o povo sirva a lei, quem são efectivamente os «fariseus» do nosso povo.

Vamos, pois, ao trabalho, rever a Constituição, para que ela seja duradoura, para que o consenso em torno dela lhe dê uma perenidade que até agora não está, de modo algum, assegurada.

E esse trabalho, Srs. Deputados, uma vez que não é possível o referendo democrático, que com legitimidade defendemos, compete exclusivamente à Assembleia da República, pelo que não poderemos tolerar, pela nossa parte, intromissões alheias, pretensas lições sobre o modo de rever a Constituição, venham donde vierem, incluindo declarações de titulares de outros órgãos de soberania, designadamente o Sr. Presidente da República, como recentemente sucedeu.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mais uma vez declaramos, como o congresso do PSD já fez, que consideramos inexistentes quaisquer pactos, acordos ou bases de entendimento já celebrados ou celebrar fora do âmbito parlamentar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Concluída a revisão constitucional, novos desafios nos esperam. Mau-grado os velhos do Restelo, que de novo surgem a minimizar as capacidades do nosso povo, vamos aderir à Comunidade Europeia. Ao longo da sua história quase milenária, os Portugueses já venceram desafios bem maiores. Mas importa desde já ter atenção especial aos equilíbrios económicos e à necessária competitividade das nossas exportações. Importa ainda ter presente que, para países sem matérias-primas, nos nossos dias, a maior riqueza é de longe a cultura, a capacidade inventiva dos seus cidadãos.

Temos de dar prioridade absoluta à cultura, à ciência e à investigação, sem o que a nossa identidade cultural não se afirmará no Mundo, a dependência tecnológica será total e o bem-estar dos Portugueses ficará longos tempos em mãos alheias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Apesar das dificuldades económicas herdadas, das dívidas, de desemprego, da desorganização que a Aliança Democrática encontrou ao assumir a governação, reafirmamos o nosso apoio ao governo de Pinto Balsemão e a certeza de que levará a cabo estas tarefas tão decisivas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Nós dar-lhe-emos o apoio que nunca lhe negámos nesta Assembleia e lamentamos, também nós, que os anteriores governos, nomeadamente os do Partido Socialista, não nos tenham dado a nós, deputados, melhores condições de trabalho, apesar do longo tempo que estiveram no Poder.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O governo de Pinto Balsemão tem um mandato que lhe foi conferido pelo povo português para governar por quatro anos e que, com

o nosso apoio, vai levar a bom termo, para que os Portugueses sintam que a democracia pode ser, muito mais que comemorações e palavras, connosco, estabilidade e bem-estar.

Sr. residente, Srs. Deputados: Tendo no nosso pensamento em especial a juventude de Portugal, cujo apoio nunca nos faltou, dizemos aqui: o 25 de Abril foi e é a esperança. Ela vai ser cumprida até ao fim. Merece-o, exige-o, o admirável povo de Portugal e a sua juventude, que nos deram a honra de nos escolher para seus representantes maioritários.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente da Assembleia da República: — Ex.^{mo} Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Membros do Conselho da Revolução, Sr. Provedor de Justiça, Em.^{mo} Sr. Cardeal-Patriarca, Ex.^{mo} Srs. Chefes de Missões Diplomáticas acreditadas em Lisboa, Ex.^{mas} Autoridades Militares e Civis, Ex.^{mas} Autoridades das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: É elemental e primeiro dever que incumbe ao Presidente da Assembleia da República apresentar a todos VV. Ex.^{as} a expressão sincera do nosso agradecimento pelo brilho e pelo acréscimo de solenidade que com a vossa presença nesta sessão nos quiseram trazer.

Aqui nos reunimos mais uma vez para que, em sessão soleníssima, festejamos, com a serena alegria que inunda os nossos corações e as nossas inteligências — e nesse ponto nos irmammos todos —, o 7.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, a data memorável em que Portugal se viu restituído à liberdade e à plenitude dos direitos cívicos e políticos dos seus filhos.

E há-de realçar-se desde já que esse movimento, triunfando militarmente de modo fulminante, sem sangue e sem tiros, tem, todavia, na história das nossas instituições políticas, implicações profundas e representa nela um marco decisivo.

É que não se tratou apenas de um golpe militar para mudar pessoas ou governos, mantendo, todavia, o quadro institucional, como tantas vezes sucedeu nos primeiros tempos da República e em alguns períodos do constitucionalismo monárquico.

Não. O 25 de Abril foi portador de uma força de ruptura total com as instituições políticas então vigentes; e por isso não pode considerar-se como um mero pronunciamento militar, mas sim, e no verdadeiro sentido da palavra, como uma autêntica revolução. Por essa razão, e porque visou derrubar e derrubou um regime arbitrário e opressor, encontrou de pronto na totalidade do povo português uma solidariedade e uma adesão entusiásticas e totais, porventura poucas vezes igualada em todo o nosso passado histórico.

As revoluções deste tipo, mesmo quando, como a de 25 de Abril de 1974, traduzem o grito por mais tempo irreprimível de um povo consciente dos seus direitos humanos e que durante meio século lhe foram negados, têm, todavia, um preço, que a história demonstra ser-lhes necessariamente inerente: os primeiros tempos que se lhes seguem são quase sempre mais de emoção do que de raciocínio frio e,

quantas vezes, a serenidade dos mais competentes não é sacrificada à rapidez dos mais atrevidos!

Também por isso passámos. Mas tudo isso, felizmente, ultrapassámos.

Quando os temporais agitam os mares, por mais violento que seja o vendaval, as ondas alterosas que se levantam é sempre sobre si próprias que se abatem, e, no auge da tempestade, permanecem serenas e quietas as profundidades, impassíveis na sua quietude perante a agitação, quiçá violenta, mas sempre passageira, que lhes perburba a superfície. Mas só a superfície.

Assim é, meus senhores, a consciência colectiva dos povos. E assim se comportou a consciência cívica do povo português.

Por isso, podemos, eu creio, afirmar que o 25 de Abril triunfou duas vezes: triunfou ao restituir ao povo português, naquela manhã para sempre lembrada, com a sua liberdade, a possibilidade de ser ele próprio e triunfou também de quantos quiseram mais dele servir-se do que servi-lo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Por uma forma muito persistente e muito firme, foi possível ir encontrando as soluções mais equilibradas e mais genuinamente democráticas. E hoje, que sete anos são volvidos sobre a efeméride que festejamos, o saldo esmagadoramente positivo é este: em Portugal vive-se em democracia, possuímos um regime democrático em vias de plena institucionalização e aqui hoje as mulheres e os homens podem proclamar com honra e sem exceção que não estamos mais orgulhosamente sós, mas sim que somos orgulhosamente livres.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Festejamos, pois, Sr. Presidente, minhas Senhoras, meus Senhores, os sete anos passados sobre a Revolução de Abril. Mas pedir-vos-ia licença para juntar a esta celebração uma outra que, como português, sinto em consciência o dever de invocar aqui e agora: penso e recordo o dia 25 de Abril de 1975, em que pela primeira vez se realizaram em Portugal eleições livres; nesse dia o povo português foi chamado a eleger os seus deputados para a Assembleia Constituinte. E nesse outro 25 de Abril o povo português agiu com um civismo, com um tão alto sentido das suas responsabilidades, votou em consciência, em paz e com tal serenidade, com tão grande e tão profundo espírito democrático que bem podemos assentar nisto: se o 25 de Abril de 1974 abriu as portas à democracia portuguesa, foi o povo português em 25 de Abril de 1975 que a afirmou para sempre; esse o dia da consagração demonstrada do amor imperecível do nosso povo à liberdade e ao seu desejo de participar livre e conscientemente na vida política da sua pátria.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

A constatação desse facto é a única recompensa legítima a que têm direito os que desinteressadamente intervieram na Revolução e quantos antes dela nos batemos e lutámos pela liberdade e pela esperança

da instauração de um regime verdadeiramente democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Quando as circunstâncias se repetem, não é fácil nem talvez possível ser-se inteiramente original. Por isso me ocorrem ao espírito e por isso tenho razão, palavras que tive a honra de dizer aqui faz hoje exactamente um ano:

Local não há mais próprio, nem outros tectos podiam abrigar com iguais pergaminhos democráticos a solenidade que hoje estamos vivendo, do que os desta Casa, cuja dignidade tanto prezamos. E digo-o porque o traço definidor de um regime autenticamente democrático é a existência e o respeito generalizado de um Parlamento livre e pluralista como o nosso.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, de alguns Srs. Deputados do PS e da ASDI.

E, se aqui recordo palavras há um ano ditas, é, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, não é sem espanto nem sem alguma preocupação que vejo levantarem-se por ai e de vários lados, alguns que até entre si surgem opostos, críticas mais ou menos veladas à Assembleia da República, ao seu funcionamento e à actividade dos seus membros, que são profundamente injustas, profundamente falsas e, por isso mesmo, caluniosas.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

Um parlamento livremente eleito é, por sua natureza, uma casa de diálogo, onde os critérios partidários se entrecocam e onde a diversidade das opiniões se manifesta — é evidente.

É o diálogo por vezes caloroso? São as intervenções por vezes entusiásticas e quentes? Surgem as réplicas por vezes mordazes e até, por uma ou outra vez, excessivas? Pois que ninguém se esqueça e se lembre sempre de que esse é o sinal dos parlamentos livres: quando tal não sucede, é porque o parlamento é uma farsa pré-ordenada, onde tudo sai a compasso, às vezes, até as palmas!

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

Vivem-se aqui, no calor dos debates sobre problemas candentes da vida portuguesa, por vezes horas e horas seguidas de intensa tensão intelectual e espiritual, e só não entenderá esse calor e esse entusiasmo quem estiver de todo fora da realidade democrática. Ele é o sinal da fidelidade de cada um aos princípios que defende e a quantos o elegeram.

Peço licença para prestar, por isso, a minha homenagem a todos os Srs. Deputados, sem exceção.

Os que, com maior ou menor insídia, umas vezes, usam o tom chocanteiro e, por outras, o lacrimoso para criticarem a forma de trabalhar nesta Casa poderão ser tudo; dão-nos o direito mesmo de pensarmos que serão capazes de ser tudo; o que não têm é nada a ver com a democracia.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

E, se escolheram o Parlamento como alvo dos seus caluniosos ataques, & porque demasiado sabem que

é por aqui que, essencialmente, passa a democracia que querem destruir — e nisso todos estamos irmados —, mas sem terem a coragem de o dizer claramente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E tem plena oportunidade salientar ainda que o Palácio de S. Bento consumido por um incêndio há quase um século, foi de reconstrução tão lenta que ela acabou sendo feita para funcionar quase mais como uma sala de concerto orfeônico, em termos de partido único, do que como um parlamento onde a liberdade fosse vivida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por essa razão, Srs. Deputados, o Palácio de S. Bento, tal como está estruturado, não oferece aos Srs. Deputados, individualmente, nem aos grupos parlamentares, as mínimas condições de trabalho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não é que sejam elas deficientes; é que, pura e simplesmente, não existem. E isso impõe a todos os membros desta Câmara um suplemento de esforço e uma sobrecarga de trabalho altamente canseirosos e que cumpre destacar. E, se às vezes as bancadas desta Sala se apresentam menos cheias, isso de modo algum significa desinteresse ou desrespeito da função. Fácil é ver então — e só o não vê quem não quer — que muitos membros da Assembleia se dividem por múltiplas actividades do seu cargo ou então preparam intervenções em condições tais e tão pobres que não sei se outros trabalhadores deste país as aceitariam nos seus locais de trabalho.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, DA UEDS e do MDP/CDE.

E pareceu-me necessário Srs. Deputados, dizê-lo aqui e agora, perante o eleitorado que a todos nós elegeu, para, com a voz autorizada que tenho o direito de me ver reconhecida, desmentir a calúnia e proclamar a dignidade com que na Assembleia da República se trabalha e se cumpre fielmente o mandato recebido desse mesmo eleitorado.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, DA UEDS e do MDP/CDE.

Tenho-me empenhado, com a colaboração preciosa dos serviços competentes desta Casa e agora já das instâncias competentes do Governo, na modificação desta lamentável ausência de meios de trabalho; começam, felizmente, a surgir as soluções e algumas se concretizarão em curto prazo, mas as definitivas, pelo tempo indispensável à sua realização, não serão breves, para poderem ser eficientes. Isso imporá, portanto, e por algum tempo, a sobrecarga de esforço que até hoje tem sido exigida a todas VV. Ex.”, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, minhas Senhoras, meus Senhores: Festejemos, pois, hoje a data de 25 de Abril e o

movimento militar que permitiu a restauração em Portugal da democracia.

Mas, se é grato comemorá-la, é preciso, é urgente, vivê-la.

E essa vivência tem de ser a realidade do quotidiano. Há-de, para ser frutuosa, traduzir-se na acção serena, na convivência leal e aberta, no respeito recíproco dos direitos e deveres de todos e de cada um.

As revoluções, em si mesmas, não são uma permanência; são um facto. Mais ou menos duradouro, mas um facto. Muitas vezes importante; outras essencial, como foi a nossa; mas são sempre e só um acontecimento, ao qual outros inevitavelmente se sucedem, no devir contínuo em que a história se faz.

Não há comunidade que suporte a permanência de situações revolucionárias, e quem as pretende eternizar, normalmente, mais não quer do que eternizar-se a si mesmo. E temos o exemplo em passado recente.

Durante quarenta anos ouvi — todos ouvimos! — proclamar aos quatro ventos o *slogan* estafado do salazarismo: «A Revolução continua.» Era isto sinônimo do maior conservadorismo, da negação de qualquer progresso, do imobilismo total das coisas e das pessoas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E é com certa perplexidade que vejo hoje a desejar retomar o *slogan* os que mais se ufanam de terem combatido os seus criadores. Singular parecenza!

Risos.

Aplausos do PSD.

O que tem de continuar é a acção; é uma acção muito persistente, muito realista e muito digna, no aproveitamento constante dos nossos recursos morais, intelectuais e materiais.

A maneira digna de festejarmos o dia 25 de Abril é, sem dúvida, fazer o que estamos fazendo hoje, mas é, sobretudo, durante o ano que medeia entre cada aniversário da Revolução redentora, agirmos na paz, pensando rectamente e pondo a nossa acção ao serviço de todos e de cada um dos portugueses.

Pelo que toca a esta Casa, novo e importantíssimo período de acção se vai abrir, iniciado que está já o processo concreto da revisão constitucional.

Nova e ingente tarefa é essa. Várias serão as soluções propostas, múltiplos os consensos a procurar e a conseguir.

Por aí, creio, em todo o caso, que faremos obra certa e segura se, sejam quais forem as divergências, acabarmos fazendo uma revisão que, em consonância com as estruturas morais e materiais da Pátria, abra a todos os portugueses, sem excepção e de modo harmonioso, as perspectivas do futuro, da paz, da concórdia e da justiça social.

Sabemos levar a Constituição formal que temos e que vamos rever a uma íntima e profunda concordância com a constituição material do povo que somos e que queremos ser e teremos certamente cumprido honrosamente o nosso dever.

Sr. Presidente, minhas Senhoras, meus Senhores: Celebrar um aniversário deve ser tanto festejar os anos que passam como encarar de frente, reflectidamente, os anos que estão por vir.

Só a velhice irremediável não tem futuro a esperar e então olha, irremediavelmente também e só, o passado.

Mas nós estamos aqui a festejar a nossa jovem democracia e o movimento que há sete anos a tornou possível. Recordando a alegria profunda dos primeiros momentos, reflectindo sobre tudo o acontecido nos sete anos que se seguiram, olhemos, então, essencialmente, o futuro.

Creio que a nós, políticos, o que essencialmente se nos impõe doravante é uma longa e permanente auscultação do real, uma capacidade crítica que vá até à humildade para, depois da análise, ser muito firme na decisão, um grande desprendimento de nós próprios, que só tenha limite na defesa da dignidade funcional dos órgãos de que somos suporte, e um incondicional respeito das atribuições dos outros, sem prejuízo do exercício intransigente das que nos são próprias.

Se o fizermos, se assim agirmos, o povo português encontrará em cada momento um acréscimo de paz, de estabilidade, de justiça social, de liberdade. E em cada hora assim vivida festejaremos então do modo mais profundo, mais digno e mais eficaz a data de 25 de Abril.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Vai usar da palavra S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.

O Sr. Presidente da República: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Portugueses: Comemorar Abril como aqui fazemos, na presença, responsável e consciente, dos representantes legítimos do nosso povo, não é um acto de rotina imposto pelo calendário ou aconselhado pela memória, ainda muito viva, de acontecimentos históricos recentes.

Comemorar Abril, como hoje fazemos, é um acto político que a todos vincula e nos relaciona, de modo simbólico, com os períodos da história de Portugal em que o poder esteve nas mãos do povo, em que a legitimidade para o exercício desse poder foi transmitida pela decisão livre dos Portugueses, em que o julgamento das decisões políticas foi feito em liberdade e no reconhecimento de uma legalidade colectivamente assumida e respeitada.

Comemorar Abril é, também, afirmar conscientemente o compromisso de recusar todos os modelos e propostas de autoritarismos, todas as formas anti-democráticas de exercício do poder político, todos os desvios às exigências do sufrágio directo e universal.

Comemorar Abril, continua a ser compreender o valor exacto dos dispositivos políticos que permitiram manter e defender as soluções de equilíbrio, como experiência bem sucedida e como orientação para o futuro, assim se retirando os pretextos àqueles que

pretendem, ou venham a pretender, pôr em causa o nosso rumo democrático.

Passaram sete anos sobre a data que iniciou, para todos nós, uma era de esperança, de responsabilidade, de cada um, na construção do futuro colectivo, de verdade e de capacidade criadora, afirmadas sem os limites impostos pela censura, pela polícia política, pelos arranjos da conveniência decididos por uma pretensa aristocracia política criada e apoiada na ditadura.

Nessa data já distante, foi sem dúvida significativa a unidade verificada nos objectivos políticos expressos, formando-se considerável consenso entre as linhas políticas da proposta dos militares e os programas dos partidos que então se legalizaram e vieram a constituir-se, podendo expressar livremente as suas concepções.

Nem sempre esse consenso inicial resistiu aos incidentes e acontecimentos da nossa complexa evolução política.

Mas a verdade é que, apesar de tudo e ao contrário do que muitos receavam ou previam, foi possível defender a vitalidade da nossa democracia e a instituição militar soube manter-se fiel ao seu compromisso de devolver, aos eleitos pelo povo, por inteiro e sem artifícios, o poder que transitoriamente detiveram.

Houve desvios, sem dúvida, à pureza de alguns princípios.

Em diversas ocasiões, as realidades políticas acabaram por se sobrepor à vontade de se encontrar a melhor solução para a defesa do interesse nacional e dos valores democráticos.

Soube-se resistir quando foi necessário. Soube-se confiar na sabedoria e consciência dos Portugueses. Soube-se confiar no valor dos compromissos e na força superior da democracia e dos democratas.

Nem tudo o que era possível foi feito.

Muito menos o que era desejado.

Mas o exame sereno dos acontecimentos e da sua evolução, mostrará que situações muito difíceis foram enfrentadas com êxitos sem que fossem prejudicados de forma definitiva interesses nacionais.

No domínio económico, onde muitos esperavam a catástrofe, os Portugueses, trabalhadores, técnicos e empresários, mostraram a sua capacidade para enfrentar uma crise complexa que, em grande medida, provinha de factores que nos eram externos. Não obstante, foi possível alterar, em curto prazo, as tendências negativas e criar condições satisfatórias de recuperação.

No plano externo, Portugal soube defender as condições da sua independência e pôde afirmar, sem equívocos, a fidelidade às suas alianças e compromissos políticos, assumindo a plena integração política na Europa e mantendo, no quadro de interesses comuns e de benefícios para a Europa, relações de amizade e de cooperação com Estados em diversos continentes e, em especial, com os povos dos Estados africanos de língua oficial portuguesa.

Não seria fácil, em qualquer circunstância, defender e afirmar uma posição clara no contexto internacional instável em que já então vivíamos.

Menos fácil foi consegui-lo: o contexto do fim da guerra colonial, da descolonização, de crise económica, de instabilidade política interna e de alguma

falta de confiança, interna e externa, quanto à nossa capacidade para resolver, em liberdade e em democracia pluralista, todos os nossos problemas.

No plano político, as crises superadas, por vezes bem difíceis, são a melhor prova da vitalidade da nossa democracia e demonstram cabalmente que nunca se chegará ao erro político irreparável quando se confia na maturidade política de um povo.

Por isso, podemos retirar desta exigente experiência política a convicção firme de que a defesa e afirmação do pluralismo democrático, onde forçosamente se inclui a plena expressão da descentralização e da autonomia regional, é o valor que jamais se pode pôr em causa se queremos comemorar Abril na afirmação da esperança que em todos nós fez nascer.

Também por isso, comemorar Abril é continuar Abril.

Em primeiro lugar, compreendendo, plenamente, que nessa data se estabelece um corte com um passado que é radicalmente diferente, nas suas condições políticas, nos seus horizontes, nos seus modos de conceber e executar as medidas políticas.

Não se assume o poder democrático para realizar o programa da ditadura.

A legitimidade democrática, justificada na confiança que se alimentou nos eleitores e na qual se fundamenta a delegação de poder político, impõe uma responsabilidade que em nenhuma circunstância pode ser traída, sob pena de destruir o valor essencial que os cidadãos atribuem à democracia e à relação democrática que estabelecem ao decidir o sentido do seu voto.

É neste quadro que se afirma, sem margem para dúvidas ou para interpretações tendenciosas, a responsabilidade solidária dos órgãos de soberania, a sua solidariedade institucional.

Nascidos da decisão eleitoral dos Portugueses — e só dela, com o fim do partido de transição —, os órgãos de soberania assumem uma obrigação de colaboração, não só na defesa indiscutível do interesse nacional, mas também na construção das bases sólidas do consenso que resultam do reconhecimento e do respeito das suas diferenças. Não só no plano constitucional, mas também, e sobretudo, no plano político.

A solidariedade institucional é uma prova de responsabilidade democrática e não um mero artifício de conjunturas, que seria útil invocar apenas quando fosse conveniente e sempre para compensar qualquer deficiência de apoio político.

A solidariedade institucional é, sempre, o consenso político necessário entre aqueles que recebem a legitimidade democrática na qual se fundamentam o seu poder e a sua responsabilidade.

Em qualquer caso, a solidariedade institucional terá de se considerar incompatível com os desejos de hegemonia e com as vontades da subordinação.

Os órgãos do poder afirmam-se no exercício das suas competências porque para isso receberam, dos eleitores, os direitos e deveres que a Constituição determina.

E afirmam-se sobretudo nos períodos difíceis e complexos da crise e da instabilidade, na procura dos consensos possíveis e eficazes, porque essa é também uma exigência do comportamento democrático e da defesa dos interesses dos Portugueses e de Portugal.

As responsabilidades partidárias, distintas no grau, não são diferentes na essência.

Dos partidos se espera a contribuição democrática essencial de estabelecer as concepções políticas e programáticas, de defender os interesses sociais específicos que representam, de fundamentar as alternativas que permitem o dinamismo político, a vitalidade democrática, as soluções para as crises, a concorrência eleitoral.

Os partidos são base da democracia, modos de exercício da liberdade política, condições de consciencialização dos cidadãos, agentes do poder ou da oposição.

Os partidos afirmam-se pelas suas diferenças, pela sua vontade de negociação e pela sua capacidade de formação de alternativas.

Contudo, também os partidos se obrigam a um consenso essencial, a uma solidariedade democrática na defesa da liberdade, da legalidade, do pluralismo e da independência dos Portugueses.

Este consenso essencial é indispensável para continuar Abril.

Noutro plano, a existência e livre expressão organizada dos interesses sociais, independentes dos partidos e dos órgãos de soberania, asseguram que as forças sociais possam defender, no quadro da legalidade, os objectivos próprios de vastos grupos que se identificam pelas relações de trabalho, actividade profissional ou posição na organização da sociedade.

É nesta diversidade de órgãos de soberania, partidos e organizações sociais, relacionadas por uma mesma vinculação essencial à democracia pluralista e ao respeito da legalidade, que está o sentido da esperança nascida em Abril.

O futuro depende de todos nós e não da imposição autoritária de qualquer vontade que se quisesse considerar à margem do pluralismo democrático e do julgamento, inapelável porque afirmado em liberdade, de todos os portugueses.

Continuar Abril é o único modo de dar sentido à esperança.

Por isso se comemora uma data afirmando a nossa confiança no futuro, a nossa certeza de que os Portugueses saberão realizar Abril.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Sabemos hoje que as posições extremadas ou utópicas não são o caminho mais eficaz para unir os Portugueses e para os orientar nas tarefas necessárias da modernização e do desenvolvimento.

Sabemos, pela experiência inequívoca recolhida, que só é possível enfrentar os desafios colectivos com realismo, no conhecimento cuidado da nossa sociedade, dos seus defeitos e das suas virtudes, dos seus modos de funcionamento, das suas potencialidades, dos meios mais adequados de promover a iniciativa e a inovação.

Sabemos, também, que os modelos tradicionais, simplistas na imagem que oferecem das relações complexas das sociedades modernas estão em crise.

Por tudo isso, a acção política, entendida como orientação da colectividade e como resolução dos problemas, só tem real sentido democrático se for realizada em justiça, em equilíbrio, num espírito de solidariedade, pois só assim se poderá aspirar à estabilidade política e à aceitação social das decisões.

A recusa dos dogmatismos é a atitude necessária dos que são capazes de assumir a flexibilidade responsável, e dos que sabem expor a verdade sem demagogia.

Este é o contexto em que adquirem toda a importância, e se apresentam como realidades imediatas, os valores fundamentais e indissociáveis da democracia pluralista, da liberdade, da solidariedade social, da justiça, da dignidade do homem e da defesa da identidade nacional.

Este é o quadro de realizações em que se desenham as grandes metas políticas do nosso futuro próximo. E, antes do mais, impõe-se a organização dos meios necessários e das condições de afirmação das nossas capacidades criadoras, desenvolvendo as actividades que continuam abertas à expressão dos interesses e das potencialidades dos Portugueses.

Não o conseguiremos, ou não o conseguiremos rápida e eficazmente, se não soubermos promover e defender o realismo nas medidas políticas, a sua adequação às realidades humanas e sociais do nosso país, aos estímulos e motivações do nosso povo.

Também para isso, será necessário informar os Portugueses com verdade e qualidade, condição essencial para que se forme uma opinião pública motivada e que corresponda à convicção, certamente adquirida por todos, de que as distorções da informação estão condenadas, mais tarde ou mais cedo, ao fracasso.

Procurar, em todas as circunstâncias, os consensos políticos no que for essencial é uma exigência da responsabilidade democrática em pluralismo inteiramente assumido.

Mas esses consensos, para terem validade e coerência, não podem esquecer a exigência democrática inerente ao respeito consiente das legitimidades, primeira de todas as realidades políticas e regra indiscutível das imposições do sufrágio.

Garantir a flexibilidade dos órgãos do poder, reforçada no rigor das políticas propostas, e justificada no conhecimento das realidades nacionais, regionais e autonómicas é uma condição indiscutível para a existência do diálogo que dê consistência e segurança à estabilidade social, ao desenvolvimento da descentralização, ao aprofundamento das autonomias regionais.

Tudo será no entanto frágil e se manterá ameaçado se não soubermos estimular uma produção cultural, viva e actuante, com manifestação em todas as dimensões da vida colectiva.

Promover a cultura é, sobretudo, trabalhar para a modernização e para o desenvolvimento, é ainda preparar os Portugueses para as mudanças e transformações que a crise do presente torna inevitáveis.

E, em igual plano de exigência, se tem de colocar a afirmação da independência nacional que impõe, para defesa dos nossos interesses, a continuidade da nossa determinação no projecto de integração europeia. Esta é uma condição de afirmação da nossa identidade como povo, das nossas relações históricas com povos de outros continentes e das nossas vocações próprias na rede das relações económicas internacionais.

Todas estas metas se inter-relacionam, de múltiplos modos, na obra essencial que nesta Câmara os

Srs. Deputados irão desenvolver a propósito da revisão constitucional.

Todos os portugueses esperam que, como noutras momentos de grande significado político, o realismo prevaleça e a Constituição revista possa ser, como sempre deve ser, o mais forte traço de união entre os democratas entre os Portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As dificuldades dos problemas que defrontamos e dos objectivos que nos propomos são reais.

Mas essas dificuldades existem mais em nós próprios do que nos acontecimentos, nas condicionantes materiais ou nas evoluções desfavoráveis que nos vêm do exterior.

Já demonstrámos que temos capacidade de criação e de trabalho para recuperar de uma grave crise económica, com sacrifício, mas também com eficácia e real apoio social.

Já demonstrámos que sabemos resistir às ameaças à democracia pluralista.

Já demonstrámos que a ponderação, o realismo, a defesa do consenso, a afirmação da verdade e da isenção são reais factores de união entre os Portugueses.

Aos que persistem em não aceitar a verdade dos factos, a carência de visão e de coragem política dos responsáveis pelo poder autoritário e desejam o retorno ilusório ao que já não existe, respondemos com o que já realizámos, em conjunto, em liberdade, em democracia.

Cometemos erros, sem dúvida. Perdemos tempo também. Mas o que fizemos, bem e mal, foi realizado em liberdade e em democracia, ou seja, pela nossa própria vontade, com as nossas mãos e as nossas capacidades criativas.

Na experiência acumulada, encontramos os fundamentos comprovados do que é específico no nosso modelo político de democracia pluralista. Essa experiência, que integra os ensinamentos que outras democracias pluralistas aconselham, não esquece as indicações que a nossa história nos dá quanto às razões dos fracassos de outros modelos democráticos em que, no passado, os Portugueses depositaram as suas esperanças.

Concebido em modelo diferente, o nosso regime democrático mostrou já ter uma vitalidade política na formação de alternativas; e demonstrou um entendimento do valor da liberdade que o tornam bem diferente do constitucionalismo monárquico do século passado e da I República.

Comemoramos Abril, continuando-o para realizar a sua esperança.

Agora, num plano de maior responsabilidade e de maior exigência, mas sempre em conjunto, solidários no nosso compromisso com a liberdade e a democracia.

Essa é a condição para que possamos honrar aqueles que nos legaram o seu exemplo de luta pela liberdade e de confiança total nos Portugueses.

Com a próxima revisão constitucional daremos, enfim, sentido pleno à acção dos que, sendo militares, permitiram a democracia e contribuíram para a sua consolidação e, sendo patriotas e democratas, sabem retomar a sua missão, silenciosa mas firme, de salvaguardar a nossa soberania.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Assim seremos capazes de responder, no plano das orientações políticas, às exigências impostas pelas capacidades do nosso povo que, vezes sem conta, mostrou saber, como poucos, entender e praticar a democracia, aceitar os sacrifícios das crises, redobrar de vontades nas tarefas da recuperação e do desenvolvimento.

Assim faremos o futuro que justifica o presente e dignifica o passado.

Essa foi, e é, a esperança de Abril, que é necessário realizar.

O Sr. Presidente: — Em nome de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, declaro encerrada a sessão.

A Banda da Guarda Republicana executou de novo o Hino Nacional.

Realizou-se então o cortejo de saída, tendo o Sr. Presidente da República saudado o corpo diplomático com uma vénia ao passar diante da respectiva tribuna.

Eram 18 horas.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.
Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.
Alberto Augusto Faria dos Santos.
António Augusto Lacerda de Queirós.
António Vilar Ribeiro.
Bernardino da Costa Pereira.
Cipriano Rodrigues Martins.
Fernando José F. Fleming d'Oliveira.
Jaime Adalberto Simões Ramos.
João Manuel Coutinho Sá Fernandes.
João Vasco da Luz Botelho Paiva.
José Manuel Pinheiro Barradas.
José Theodoro de Jesus da Silva.
Manuel Maria Portugal da Fonseca.
Manuel Ribeiro Arruda.
Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva.
Marília Dulce Coelho Pires D. Raimundo.
Mário Dias Lopes.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Nicolau Gregório de Freitas.
Pedro Augusto Cunha Pinto.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
Alberto Marques Antunes.
António Azevedo Gomes.
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Joaquim José Catanho Menezes.
Jorge Fernando Branco Sampaio.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Manuel Alfredo Tito de Moraes.

Centro Democrático Social (CDS)

Alberto Henriques Coimbra.
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 António José Tomás Gomes de Pinho.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 João Lopes Porto.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Favares Brasileiro.
 António José de Almeida Silva Graça.
 António da Silva Mota.
 Josefina Maria Andrade.
 Lino Carvalho Lima.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.

A REDACTORA DE 1.ª CLASSE, *Anita Cristina Pararmés Paz.*

PREÇO DESTE NÚMERO 26\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA